

Eleições na mira dos militares

Em nome do presidente da República, os generais do Planalto resolvem mover suas baterias contra as urnas eletrônicas e tentam atingir a credibilidade da Justiça Eleitoral. E o TSE reage: quem trata de eleições são os civis, a democracia é garantida pelas "forças desarmadas"



Arte: Nathalie Nascimento

focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 16 de Maio de 2022 Nº 58

Paulo Nogueira Batista Jr. no entrevistão da semana
Lula resgata a esperança de dias melhores para o país
Como o PT salvou o país? Aumentando os gastos sociais
Hora de regulamentar as grandes plataformas de mídia
Eliana Alves Cruz lança um novo romance: "Solitária"



ACESSE EM fpabramo.org.br/pt42anos

ASSISTA AO PROGRAMA PAUTA BRASIL
SEGUNDAS, QUARTAS E SEXTAS-FEIRAS ÀS 17 HORAS

REALIZAÇÃO E TRANSMISSÃO: FUNDAÇÃO Perseu Abramo Partido dos Trabalhadores. TRANSMISSÃO: PT DCM Fórum TV 247

SIGA O CANAL DA REVISTA

NO YOUTUBE

focus
BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: David Silva Jr.

Produção: Oficina da Notícia

Editor-Chefe: Olímpio Cruz Neto

Colaboradores: Artur Araújo, Bia Abramo, Danilo

Molina, Isaías Dalle, Nathalie Nascimento,

Pedro Camarão e Ricardo Stuckert



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Aloizio Mercadante

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Jéssica Italoema

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva

Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar,

Geraldo Magela e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta de honra: Dilma Rousseff

Presidente: Fernando Haddad

Conselheiros: Ana Maria de Carvalho Ademar, Arthur

Chioro dos Reis Fontenele, Arlete Sampaio, Azilton Viana,

Camila Vieira dos Santos, Celso Amorim, Dilson Peixoto,

Eleonora Menicucci, Eliane Aquino, Elisa Guaraná de

Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de

Oliveira Andrade, Fernando Pimentel, Fernando Ferro,

Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada, José Roberto Paludo,

Lais Abramo, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de

Moura, Nabil Bonduki, Nilma Lino Gomes,

Paulo Gabriel Soledade Nacif, Penildon Silva Filho,

Sandra Maria Sales Fagundes, Sérgio Nobre,

Teresa Helena Gabrielli Barreto e Vladimir de Paula Brito

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),

Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia

e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves

das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França

Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas

(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane

Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo

(Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína

Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres),

Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio

Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares

Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência),

Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e

Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

São Paulo (SP) - CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

NESTA EDIÇÃO

TSE REAGE ÀS AMEAÇAS DO PALÁCIO DO PLANALTO

Em resposta a Bolsonaro, o ministro Luiz Edson Fachin diz que as "forças desarmadas" tratam de eleições. E anuncia, sem citar militares, que a Justiça Eleitoral não vai se dobrar a "quem quer que seja"

Página 12

EDITORIAL. Segundo turno será antecipado e Lula lidera as forças progressistas

Página 4

ENTREVISTA. Batista Jr. diz que Lula acerta ao propor fim do teto de gastos

Página 6

SEGURANÇA. Atacada pelo Planalto, urna passa no teste de hackeamento

Página 14

ESPERANÇA. Em Minas, Lula volta a defender mais empregos para o povo

Página 15

PESQUISAS. Lula vence as eleições presidenciais nos dois turnos e se consolida

Página 16

ARTIGO. O líder do PT na Câmara comenta o início da jornada de Lula em MG

Página 18

Divulgação/TSE



SÃO PAULO. Haddad lidera a sucessão pelo governo estadual: 30%

Página 19

YANOMAMI. Comissão parlamentar vai a Roraima e constata o abandono

Página 21

MÍDIA. É hora de regular como atuam as plataformas de redes sociais no país

Página 22

ECONOMIA. Como o PT salvou o Brasil: mais gastos sociais e renda aos pobres

Página 24

BOLSOCARO. Governo é responsável: inflação bate novo recorde em abril

Página 26

PERDAS. Salário mínimo será menor ao final do governo de Jair Bolsonaro

Página 27

DIESEL. Petrobrás aumenta de novo o preço da tarifa, que subiu 155% em 2 anos

Página 28

CORTINA. Em novo piti, Bolsonaro troca ministro das Minas e Energia

Página 29

VISÃO. Lula sai mais uma vez em defesa das estatais: "Não vão privatizar nada"

Página 29

HISTÓRIA. Getúlio decreta proteção à trabalhadora e Lula negocia com Irã

Páginas 30 e 31

LITERATURA. A escritora Eliana Alves Cruz lança um novo romance: "Solitária"

Página 32

MÚSICA. Como Bowie mudou a música inglesa ao se apresentar na BBC

Página 34



Ricardo Stuckert

O SEGUNDO TURNO JÁ COMEÇOU

Aloizio Mercadante

A campanha está totalmente polarizada entre a barbárie de Bolsonaro e o resgate da democracia e de um projeto de Nação com Lula. A terceira via segue sem liderança, sem unidade, sem competitividade e principalmente sem programa. Com a terceira via se esfarelando, muitos eleitores já estão antecipando o segundo turno e líderes importantes do campo democrático começam a se posicionar em apoio a Lula.

O movimento de Jair Bolsonaro de ameaça de golpe e de ataque ao STF e ao TSE tende a consolidar sua base militante, mas amplia o campo democráti-

co e o potencial de alianças políticas para Lula. O ex-presidente começou a percorrer o Brasil, depois de lançar-se candidato ao lado de Geraldo Alckmin, com um discurso que mobiliza as atenções. E, o que a gente vê no início dessa caminhada são uma energia, uma força e uma mobilização, que há muito tempo não existiam nas campanhas eleitorais. Lula avança evocando o momento das Diretas Já.

Foi assim nas concentrações populares na UERJ, na Unicamp, em Belo Horizonte, em Contagem, em Juiz de Fora e em outros lugares por onde Lula passou. É uma onda de esperança intensa, com muitos jovens. Há no ar um clima de renovação e de otimismo, que irá crescer e mobilizar ainda mais ao longo do ano.

Outro fato impressionante é o movimento deflagrado pela cultura em apoio a nossa candidatura. Artistas, poetas, músicos, cantores, cineastas e atores de toda ordem têm se manifestado, cantado e se posicionado nas ruas e nas redes.

Da mesma forma, o encontro com 30 reitores das universidades federais deixou claro que as instituições do ensino superior estão contando as horas para a volta do Lula. Hoje, elas têm um orçamento que em termos reais é metade do que deixei quando era ministro da Educação em 2015.

Por isso, a educação em geral, mas especialmente o ensino superior, vem se manifestando com força nos eventos de apoio à Lula. Não é diferente com profissionais do SUS e ambientalistas, que seguem lutando para tentar impedir

os desmatamentos da Amazônia, que segue em alta de 300% superior ao passado.

Ao mesmo tempo, em todas as agendas houve algum tipo de provocação bolsonarista. Como não conseguem mobilizar espontaneamente, fazem afrontas de pequeno porte e colocam provocadores nas cidades onde Lula mobiliza e avança. Por isso, é muito importante o movimento que está se iniciando, coordenado pelo ex-governador Flávio Dino (PSB-MA) de paz na campanha.

O TSE precisa estabelecer um protocolo, a exemplo do que acontece no futebol, em que quando as torcidas agredem e prejudicam, o time é punido, com perda de mando de jogo e multas. A mesma coisa deve acontecer na política. Os candidatos devem ser responsabilizados pelo que a militância faz, como tentar interromper o trajeto do candidato adversário ou agredir manifestantes que estão se expressando livremente.

Não basta só a Polícia Federal, que em breve acompanhará os candidatos, e as seguranças próprias que cada candidatura tem. Para coibir o avanço da violência, é preciso que a Justiça Eleitoral estabeleça os protocolos do convívio democrático entre as candidaturas e seus apoiadores. Trata-se de um movimento suprapartidário, que precisa ser reforçado por todas as forças democráticas, para que a campanha permita debater projetos e não se transforme em um campo de batalha.

A derrota está cada vez mais evidente para Bolsonaro, que tenta levar a campanha eleitoral para o esgoto, estimula confrontos diretos e tenta de forma patética deslegitimar o resultado soberano do voto popular.

O bolsonarismo está toda hora criando pautas para desviar o foco dos verdadeiros problemas do país. Um exemplo disso é a Petrobrás. Bolsonaro já mudou

o presidente da Petrobrás e de seu conselho e, agora, mudou o ministro, colocando um personagem folclórico que tem histórico de declarações absurdas, para criar uma política fake e não discutir a questão central que é a política de Preços de Paridade de Importação (PPI) e o esquiteamento da empresa.

O governo entreguista privatizou as estruturas da Petrobrás. O Brasil agora importa derivados e exporta óleo cru, não gera valor agregado, nem empregos qualificados e, principalmente, a des-

A DERROTA É EVIDENTE PARA BOLSONARO, QUE TENTA LEVAR A CAMPANHA PARA O ESGOTO E TENTA DESLEGITIMAR O RESULTADO DAS URNAS

coberta das extraordinárias reservas do pré-sal não se traduzem em aumento da competitividade, eficiência e bem-estar do povo. Bolsonaro xinga a Petrobrás, blefa que irá privatizá-la e troca o comando da empresa, mas a única coisa que não faz é tentar construir uma política consistente para tentar superar o trágico cenário dos lucros extraordinários dos acionistas e a espoliação crescente do povo.

Da mesma forma, dezenas de militares da alta hierarquia foram humilhados por Bolsonaro, um tenente expulso do Exército com quatro anos de carreira. Não menos grave é o seu populismo fiscal, diluído por uma inflação crescente de 12% ao ano. Mais de 70% da população está endividada e a taxa de juros subiu para 12,75% ao ano, o que vai agravar a inadimplência que já atinge 25% das famílias brasileiras.

Há uma situação dramática no custo de vida, produtos da cesta básica que já subiram mais de 100% em um ano. O prato feito, que é o cotidiano da alimentação dos trabalhadores de baixa renda, subiu 23%. Por isso, Bolsonaro tenta o tempo inteiro desviar o foco dos principais problemas do país.

O Brasil não está discutindo como superar essa inflação, como mudar a política de preços das Petrobrás. Ficamos presos em um debate sobre os absurdos declarados por ministros e membros do alto escalão do governo, ou sobre a fala do presidente que volta a dizer que negros são pesados em arrobos. As agressões crescentes aos valores básicos de uma sociedade civilizada refletem o desespero e a tentativa de desviar o foco do debate para os verdadeiros problemas do povo.

Bolsonaro esperneia, mas caminha para uma fragorosa derrota. Em todas as eleições, quem liderava cinco meses antes das eleições ganhou o pleito. Lula lidera em todas as pesquisas durante todo o processo eleitoral, com uma posição bem consolidada e pequenas alterações dentro da margem de erro.

Temos que ter humildade, trabalhar muito, sem sapato alto e lutar pela democracia, defesa das instituições e eleições limpas. Bolsonaro caminha para uma derrota que é inexorável e será gigantesca. O segundo turno está se antecipando e será Lula, já!

“LULA ESTÁ CERTO: O TETO DE GASTOS TEM QUE ACABAR”

O economista carioca que esteve no FMI entre 2007 e 2015 diz que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva acerta ao defender a suspensão da atual política fiscal, que está estrangulando o país. “Essa regra fiscal adotada em 2016 é sui generis, mal pensada e só foi celebrada na mídia corporativa e no mercado porque a ignorância econômica viceja no Brasil”

Alberto Cantalice e Pedro Camarão

O economista Paulo Nogueira Batista Jr. coloca o governo Bolsonaro como o pior da história nacional. Trata-se da associação de um presidente despreparado com um “ideólogo neófito” à frente da economia. A dupla Bolsonaro/Guedes produziu desajustes graves. Economista carioca, diretor executivo no FMI entre 2007 a 2015 e vice-presidente do Novo Banco de Desenvolvimento, estabelecido pelos BRICS em Xangai, entre 2015 e 2017, diz que país está prisioneiro de uma agenda econômica neoliberal que agravou os problemas do país.

Titular da Cátedra Celso Furta-

do da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Paulo Nogueira Batista Jr. aponta os motivos pelos quais o teto de gastos adotado no Brasil depois do golpe em Dilma Rousseff, que a afastou da Presidência em 2016, precisa ser derrubado. À Focus Brasil, ele também analisa a relação dos BRICS, o bloco formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, com EUA e União Europeia. E ainda avalia o que pode mudar nas finanças dos países a partir das sanções que os EUA impuseram à Rússia através do uso político do dólar e do sistema financeiro.

Focus Brasil – Ainda faltam alguns meses para que o mandato do governo chegue ao fim, mas enquanto isso não

acontece, é possível avaliar o resultado do que a atual administração significou para o país?

Paulo Nogueira Batista Jr. – Esse governo, na minha opinião, é o pior da história brasileira até onde eu posso enxergá-la. Não tem precedentes. É um governo marcado por profundo despreparo do presidente e da quase totalidade dos seus ministros e integrantes, pela ignorância de questões centrais para a administração do país e da gestão pública, por ideias retrógradas, ultrapassadas e até perniciosas – uma mistura de ignorância com perversidade, em muitos casos. É um governo desastroso. Em três anos e meio isso já ficou amplamente demonstrado.

O Brasil é muito forte, entre-



tanto. Aguenta muito desaforo e não é um governo ruim ou mesmo dois, se você considerar que antes houve o do Temer, que conseguem destruir o país. Mas abalaram, sim, a economia. Abalaram o aparato estatal porque houve muita destruição, desorganização, sobretudo no governo Bolsonaro, mas também no governo Temer. O aparato estatal brasileiro, que tem muitos pontos fortes, ficou meio avariado em áreas como economia, planejamento, cultura, educação e saúde. Foi um retrocesso nos últimos dois governos.

Mas começa, na verdade, no meu entender, em 2015 quando o Brasil entra numa crise econômica e política da qual o governo Dilma, no seu segundo mandato, não conseguiu sair. Ela foi vítima de um ataque político que teve consequências econômicas muito pesadas. Então, o Brasil está desde 2015 numa situação muito delicada. E o pior foi a eleição de Bolsonaro

e o seu governo, como se poderia prever. Não precisava ser nenhum gênio, bastava olhar o candidato, o que ele dizia, o grau de despreparo dele para entender que era um absurdo pensar em elegê-lo. Para quem olhou o que era o Bolsonaro, a trajetória dele, o que ele dizia, as pessoas com as quais se cercava, não foi surpresa o que vimos desde janeiro de 2019.

– O pior é pensar que Paulo Guedes foi um elemento que chancelou, que serviu como uma garantia para o Bolsonaro. O próprio Paulo Guedes é um pensador antiquado.

– Bolsonaro e ignorante? É. É despreparado? É. É perverso? É. Mas não é burro. Ele tem as suas esperanças. Uma delas foi apontar, já durante a campanha, para um economista que “agradaria” [faz sinal de aspas com os dedos] o chamado mercado. E inventou essa figura do “Posto Ipiranga”, do econo-

mista que cuidaria da economia e teria resposta para tudo. Agora, o Paulo Guedes tem duas características problemáticas. Primeira: ele é um ideólogo com ideias econômicas antigas, um adepto do ultraliberalismo, do fundamentalismo de mercado que vicejou em certos setores da academia americana, não em todos. Nos anos 1970, estudou nos EUA, em Chicago, que era o reduto da versão mais radical do neoliberalismo econômico, influenciado sobretudo por Milton Friedman, mas também por [Friedrich] Hayek. Pelo que posso observar, Guedes não fez nenhuma atualização. Ele ficou preso àquelas ideias antigas, que os americanos ensinam, mas não praticam.

O radicalismo neoliberal da Escola de Chicago não é a única vertente da ortodoxia americana. Mas essa ortodoxia americana, mesmo nas suas vertentes mais moderadas, não é para consumo interno, é para exportação. Eles trazem

os estudantes latino-americanos, africanos, asiáticos, incutem certas ideias neles e depois devolvem os estudantes, devidamente aculturados, a seus países para representar ali os interesses estratégicos da metrópole imperial. Paulo Guedes é um entre muitos, só que com esse agravante: formou-se na vertente mais radical do ideário neoliberal.

A segunda característica problemática é que o Paulo Guedes, que tem 72 anos, nunca exerceu nenhuma atividade no setor público antes de ser o ministro da Economia, “todo poderoso”, do governo Bolsonaro. Ou seja, não tem experiência relevante acumulada. E o pior é que Bolsonaro cometeu o erro de juntar os ministérios, Fazenda, Planejamento, Indústria e Comércio, Previdência e Trabalho e colocou o comando na mão de um neófito. Um ideólogo neófito. Velho, mas neófito em termos de administração pública. Não podia dar certo. E não deu.

– Lula tem dito que no governo dele não vai ter teto de gastos.

– Lula está afiado. Ele disse o que tinha que dizer. Deixou claro que no governo dele, caso se eleja, não haverá o teto de gastos aprovado no governo Temer. No meu entender, ele tem razão porque essa regra fiscal adotada em 2016 é sui generis, mal pensada e só foi celebrada na mídia corporativa e no mercado porque a ignorância econômica viceja no Brasil e é propagada sistematicamente pela mídia e pelos economistas que têm acesso à mídia. Essa regra não tem precedentes. Não tenho conhecimento de nenhum país que adote uma regra desse tipo. Ela congela os gastos primários, os gastos não financeiros do governo, por até 20 anos em termos reais. E essa regra foi colocada na Constituição. [Ri] Constitucionaliza a política fiscal introduzindo na Constituição uma regra de longo prazo rígida. Se o

gasto ficar congelado em termos reais, como a população cresce e o PIB real cresce também, então o gasto per capita e como percentagem do PIB vai cair ao longo do tempo. Esse teto constitucional não é só uma regra de disciplina fiscal, tem o objetivo de diminuir o tamanho do Estado. E tem dois objetivos distintos. E não se mostra viável.

Na época, Temer e [Henrique] Meirelles definiram o teto de tal maneira que ele se tornaria uma restrição real a partir do gover-

DESDE 2019, O GOVERNO ADOTOU UMA SÉRIE DE EXPEDIENTES PARA, NA VERDADE, FURAR O TETO. É UMA SITUAÇÃO ABSURDA

no seguinte. Não era tão difícil lidar com ele na fase inicial, do jeito que foi desenhado. Era sacrifício para o governo seguinte. E a partir de 2019 Bolsonaro já teve dificuldade de cumprir. Imediatamente, se viu isso. Como as reformas “estruturais” [fez sinal de aspas com os dedos] são difíceis, o gasto obrigatório continua crescendo, aí o gasto não obrigatório, o gasto discricionário vai sendo comprimido cada vez mais. Bolsonaro se viu nessa situação e passou a adotar a par-

tir de 2019, uma série de expedientes para, na verdade, furar o teto. É uma situação em que, por causa da rigidez do teto, a política fiscal passou a ser governada por emendas constitucionais, o que é um absurdo. É um absurdo que decorre do absurdo que foi a regra fixada no governo Temer. Então, conduziu-se a política fiscal por emenda constitucional, o que coloca o Executivo na mão do Congresso, evidentemente. E o governo se desmoraliza porque tem uma regra rígida que é desobedecida recorrentemente.

– Alguma regra tem que ter.

– O Brasil tem uma profusão de regras. Tem a regra de ouro que está na Constituição desde 1988, tem a Lei de Responsabilidade Fiscal que prevê metas de resultado primário e tem esse teto ao qual o Lula se referiu. Você pode, em tese, não ter regra nenhuma. É uma posição heterodoxa talvez meio extremada, mas é possível. No meu entender, seria interessante repensar todo o arcabouço fiscal. Concordo com o Lula, deve-se suprimir o teto de gastos. Deve-se rever a regra de ouro, eventualmente, substituí-la também. E rever a questão da meta de resultado primário prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal. Não sei para que ter várias regras. O melhor seria encontrar uma ou duas regras que sejam flexíveis, não estejam no texto constitucional, pelo amor de Deus, [risos] pois isso cria uma rigidez irracional. Regras infraconstitucionais, flexíveis, com horizonte razoável e bem pensadas. Eu imagino que o PT esteja pensando nisso, porque é melhor não improvisar, é melhor ter um caminho traçado. Nas circunstâncias atuais do Brasil, seria interessante não deixar tudo solto. Suprime o teto constitucional, mas coloca algo no lugar. Esse algo é que ainda não está muito claro como seria.

– **O Teto de Gastos é um ponto importante das discussões atuais e outro são as medidas do governo chamadas de “populistas”, elevando gastos e diminuindo a arrecadação. Existe uma crítica de diferentes setores de que essas medidas vão gerar um grande problema ao próximo governo. O senhor também tem essa avaliação?**

– Eu não tenho dúvida de que o Bolsonaro está promovendo um desajuste importante nas contas públicas. Aliás, o que ele não desajustou, não é? É difícil encontrar uma área que não tenha sido desajustada, e as finanças públicas não são exceção. Então, o próximo governo vai herdar o que os economistas chamam de tensão fiscal em grau elevado. Terá de fazer face a gastos reprimidos e aos efeitos de medidas de ampliação do gasto ou redução de receita que afetam de modo duradouro as contas públicas. Há uma certa bagunça na área fiscal que o próximo governo vai ter que enfrentar. Não é, entretanto, uma situação impossível. Dá para consertar. Porque também há um pouco de exagero quanto à extensão do problema fiscal no Brasil. Isso faz parte da ideologia econômica dominante, superenfatizar a restrição fiscal. Ela existe, mas o Estado não está quebrado, não está em colapso. Tem condições de se organizar.

– **Em 2010, quando o Lula saiu, a economia crescia a 7,5%. Isso é algo quase inédito na história. É possível retomar o crescimento, não em 7%, mas com uma política de investimento partindo do Estado se atingir já no primeiro ou no segundo ano um patamar de crescimento em torno de 4%, 5%?**

– Diria o seguinte: o Brasil foi dos anos 1930 até a crise da dívida externa nos anos 1980, uma das economias mais dinâmicas do mundo. O Brasil teve uma trajetória

de crescimento espetacular. Uma média de 7% ao ano. Depois veio a crise da dívida externa, o período Collor até Fernando Henrique, e entramos numa fase prolongada de estagnação e de perda de dinamismo. O governo Lula começou a reverter esse quadro, nos dois mandatos dele, culminando com esse crescimento que você mencionou de 7,5% em 2010. A partir de 2011, entretanto, nós tivemos dificuldades e o desempenho já não foi tão brilhante. E veio depois a piora brutal em 2015,

O BRASIL FOI, DE 1930 ATÉ A CRISE DA DÍVIDA, NOS ANOS 1980, UMA DAS ECONOMIAS MAIS DINÂMICAS DO MUNDO. CRESCIA EM MÉDIA 7%

2016, aquela grande recessão da qual não nos recuperamos ainda.

Não é uma coisa que eu possa fundamentar estatisticamente com precisão, mas é importante ter em conta que temos capacidade ociosa, ou seja, máquinas e equipamentos não utilizados, trabalhadores desempregados ou subempregados em grande número, a taxa de subutilização da força de trabalho supera 20%. Nós temos recursos naturais a explorar, uma fronteira ampla. O Brasil é um país continente, um dos gigantes

do mundo. Não tenho dúvidas de que este país, bem administrado, pode voltar a crescer. Não 7% ao ano, mas pensando no médio prazo, podemos ter uma taxa de crescimento de 4% ao ano, por que não? Parece perfeitamente viável. Vão dizer, “ah, os economistas estimam o produto potencial brasileiro muito abaixo disso”. É verdade que as estimativas de produto potencial tendem a mostrar uma taxa de crescimento potencial bem inferior a 4%. Mas as estimativas são objeto de grande incerteza e motivo de controvérsias infundáveis entre economistas. A dispersão de resultados é muito grande e as estimativas são muito influenciadas pela trajetória recente da economia. Então, é meio enganosa essa ideia de que as estimativas de produto potencial nos condenam a crescer 2%, 1%. Nós vamos criar esse produto potencial, entende?

Esse produto potencial teórico, que os economistas ficam tentando estimar, o próximo governo tem que criar na prática, com ação forte, vigorosa, tomando iniciativas importantes. Sem perder o sentido de responsabilidade, é claro. Não é só “tocar pau na máquina”, é saber que existem restrições e levá-las em conta, mas o Brasil pode, perfeitamente, crescer mais do que tem crescido. Perdemos peso relativo no mundo porque a Ásia cresceu muito no século 21 e porque, a partir de 2011, o Brasil cresceu menos, especialmente, a partir de 2015. Mas podemos reverter isso e voltar a ser uma das economias dinâmicas do mundo.

– **Com relação à possibilidade de o Brasil voltar a crescer, o senhor apontou a necessidade de investimento do Estado. Gostaria de lhe perguntar de que forma esse investimento deve ocorrer e também sobre como o debate público relacionado à economia é empobrecido pela mídia.**

– A mídia corporativa brasileira e

as pessoas que nela são ouvidas e opinam, estão fora do mundo. Uma mídia que vive de ilusões, de doutrinas ultrapassadas. Se o Brasil se pautar por isso, não vai mais sair do lugar. Sobretudo as televisões, mas também a mídia escrita, estão muito atrasadas, reverberando um ideário que os principais países já abandonaram. Então, temos que ter uma visão equilibrada. Não estou dizendo que o Brasil vai depender só de investimento público ou de bancos públicos, mas que esses investimentos e bancos públicos têm papel estratégico e que, em complemento a isso, teremos a ação forte do setor privado também, do nacional e das empresas estrangeiras que operam aqui, que vão ser estimulados com a ampliação do mercado a também aumentar a sua atividade, a também investir.

É o famoso tripé: Estado, setor privado nacional, setor privado estrangeiro. Os três têm que atuar para que a economia cresça de forma sustentável ao longo do tempo. Não há conflito entre os três no processo de desenvolvimento. Esse conflito pode ser até estimulado ideologicamente, mas a ampliação do investimento público e das transferências sociais vai gerar mercado, esse mercado vai aumentar as vendas e os lucros do setor privado que poderá então investir mais, contribuindo também para o aumento da formação bruta de capital.

Então, precisamos esquecer essas falsas dicotomias: “público ou privado? Estado ou mercado?”. Não, não é isso. É ao mesmo tempo público e privado, numa economia como a brasileira. E é claro que público e privado, mas sobretudo nacionais, porque não vamos poder contar muito com a contribuição externa. Um país da dimensão do Brasil não pode ser dinamizado de fora para dentro. Volto a dizer, o Brasil é um gigante. Países dessa dimensão não con-

seguem se desenvolver a partir de fatores externos, investimento estrangeiro, atuação de agências públicas externas. Isso é para país pequeno. País grande tem que contar com a sua própria formação de capital, e o que vem de fora é complementar. Assim será no caso brasileiro.

Há muita confusão conceitual. Então, por exemplo, na ânsia de atacar o governo Bolsonaro, às vezes a oposição usa argumentos errados ou duvidosos. Por exemplo, no excelente discurso no lan-

UM PAÍS DA DIMENSÃO DO BRASIL NÃO PODE SER DINAMIZADO DE FORA PARA DENTRO, SÓ COM INVESTIMENTOS EXTERNOS. O BRASIL É UM GIGANTE

çamento da chapa, Lula disse, repetindo coisas que se publicam por aí, que a economia brasileira, que já foi a 6ª do mundo na época dele ou da Dilma, agora despencou por causa do governo Bolsonaro para a 12ª posição no ranking das economias. Essas afirmações estão baseadas em métodos enganosos de comparação, que transformam os PIBs em dólares pela taxa de câmbio de mercado. O critério correto, que é paridade de poder de compra, mostra que a economia brasileira continua

a ser a 8ª maior do mundo, um pouco acima das economias do Reino Unido e da França. O Brasil, juntamente com Rússia, China, Índia e EUA, faz parte de um grupo de cinco países – só cinco! – que integram a lista dos dez maiores territórios, das dez maiores populações, e dos dez maiores PIBs comparados por paridade de poder de compra.

– A emergência dos BRICS pode ter estimulado que setores mais conservadores defendessem o golpe em 2016?

– Esse ataque em várias frentes que atingiu a presidente Dilma, o Lula, a Petrobrás, as empreiteiras brasileiras e pode ter sido estimulado de fora para dentro. Há indícios de atuação de interesses ligados aos EUA, interesses domésticos e estrangeiros. Aí entramos no terreno da conjectura, onde as coisas não são transparentes, mas diria que a questão dos BRICS pode ter contribuído para gerar uma inquietação nos EUA. Os BRICS são um grupo de cooperação que existe e atua continuamente desde 2008 e do qual participam o maior país da América Latina e dois países que são vistos pelos americanos como rivais, até como ameaças, a China e a Rússia. Isso era válido antes, quando formamos o mecanismo, mas se tornou cada vez mais pesado com o passar do tempo. Os americanos foram ficando mais inquietos com a ascensão da China e, sobretudo depois de 2014, entraram em rota de colisão com a Rússia também, por causa da Ucrânia, culminando agora com a guerra. Então, o Brasil pode ter sido visto em Washington como um país que estava assumindo um protagonismo indesejado, gerando inquietações e reações.

Mas vou dizer uma coisa: em toda a minha vida sempre me impressionou o peso e o dinamismo da quinta coluna aqui dentro

do Brasil. No setor público, nos debates fora do setor público, a grande dificuldade que sempre tive foi com a quinta coluna. Também tive embates e divergências com estrangeiros. Mas a quinta coluna é especialmente terrível porque ela fala português, não tem um sotaque aparente. Só tem sotaque espiritual, como dizia o Nelson Rodrigues, não o sotaque físico. Eles se apresentam como brasileiros, mas operam contra o país. Isso é uma grande realidade contra a qual nós vamos ter que continuar lutando.

Agora, voltando aos BRICS, é importante notar, olhando para o futuro, que o bloco não é uma aliança política. Nunca pensamos os BRICS como uma aliança política plena. Quando trabalhamos a partir de 2008 com Rússia, China, Índia e depois a África do Sul, estávamos formando um mecanismo de cooperação com propósitos importantes, mas limitados e, não, uma aliança política plena.

O Brasil tem interesse em manter relações importantes com Rússia, China, Índia, África do Sul, é claro. Tem interesse de continuar com esse mecanismo de cooperação e inclusive de fortalecer os BRICS. Mas o Brasil não tem interesse de comprar como suas as brigas da Rússia com os EUA, as brigas da China com os EUA. A China não compra as nossas brigas. A Rússia também não compra nossas brigas. É preciso entender que os BRICS são um mecanismo de cooperação importante, mas muito diferente, por exemplo, da União Europeia que é um bloco econômico e político. Não temos pretensões nem condições de formar um bloco econômico e político com os BRICS.

– Esse processo da Guerra da Ucrânia acabou evidenciando o uso político que os EUA fazem da sua própria moeda. E isso vem projetando mudanças

substanciais na geopolítica. É desafio para um governo Lula?

– Morei oito anos nos EUA, de 2007 a 2015. Tem muitas qualidades, admiráveis até, mas tem também certos traços problemáticos. Eles não se conformam com a realidade de um mundo multipolar, que já existe. E estão esperneando contra essa realidade. Eles têm essa mania. E é muito pernicioso porque é uma grande potência, em declínio relativo, que não se conforma com o mundo multipolar. E tem rea-

OS AMERICANOS DESENCADARAM UMA GUERRA ECONÔMICA SEM PRECEDENTES CONTRA A RÚSSIA, QUE INCLUI O USO HIPERPOLÍTICO DO DÓLAR

ções perigosas. Começou a confrontar a China, processo que remonta ao governo Obama e que se intensificou com Trump, continuando em Biden. Partiu para a confrontação com a Rússia, dando sequência desde os anos 1990 à ampliação da OTAN e colocando os russos numa posição complicada. Não digo que isso justifique, mas acabou levando Vladimir Putin à decisão extrema de invadir a Ucrânia. Tudo isso tem origem num processo de expansão da OTAN que contra-

ria compromissos que assumiram com o Mikhail Gorbachev quando houve a reunificação alemã. Compromisso esse que não está por escrito, Putin já lamentou publicamente o fato de Gorbachev não ter exigido que isso fosse posto no papel. Mas existia esse compromisso, existia a expectativa.

Agora, os americanos desencadearam uma guerra econômica sem precedentes contra a Rússia, que inclui o uso hiperpolítico do dólar e do sistema financeiro americano. Consequência: quebra a confiança dos países, especialmente daqueles que estão em rota de colisão com o Ocidente, no dólar e no sistema financeiro ocidental. No dólar e também no euro, porque os americanos arrastaram os europeus para o mesmo tipo de comportamento hiperagressivo no uso das moedas e do sistema financeiro.

Qual é a posição do Brasil? O Brasil tem que preservar a sua soberania monetária. Nós temos reservas internacionais consideráveis acumuladas nos governos Lula e Dilma, e elas não correm risco imediato porque o Brasil não está em conflito com o Ocidente. Mas nós temos que observar o que está acontecendo.

Caso Lula vença as eleições, será importante reexaminar com cuidado e rever a Lei do Marco Cambial, aprovada no governo Bolsonaro. Passou batido e sem discussão adequada. O marco cambial tem vários problemas. Ele autoriza o Banco Central a permitir a abertura de contas e operações em moeda estrangeira no território nacional por livre decisão. Poderes que antes estavam no Conselho Monetário Nacional foram transferidos para o Banco Central, esvaziando-o. Isso precisa ser repensado. O marco cambial é um perigo para a soberania monetária brasileira, não pode ficar como está. •



CAPA

ALGUMA COISA ESTÁ FORA DA ORDEM...

Diante da derrota iminente nas eleições de outubro, o presidente da República volta a dar chique e ataca a urna eletrônica e a Justiça Eleitoral. Mas o TSE reage: não vai se dobrar aos caprichos de quem quer que seja, nem ao Palácio do Planalto ou a generais

Desde 2020, a cada temporada de infortúnios, desastres na economia ou queda de popularidade, o presidente da República recorre a ataques ao Judiciário e integrantes dos tribunais superiores. Diante da possibilidade cada vez maior de uma derrota desmoralizante nas urnas para o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o tenente da reserva Jair Messias Bolsonaro volta a dar um piti em público. Dessa vez, atacou as urnas eletrônicas e a Justiça Eleitoral, num esforço para colocar em dúvidas o resultado das urnas. Só que dessa vez, o

governo ouviu uma reação forte.

“Quem trata de eleições, são forças desarmadas. E, portanto, as eleições dizem respeito à população civil, que, de maneira livre e consciente, escolhe seus representantes”, disse o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Luiz Edson Fachin, na quinta-feira, 12. “Não mando e não recebo recado de ninguém. Quem investe contra o processo eleitoral, investe contra a democracia. E esse é um fato”.

Nas últimas duas semanas, Bolsonaro e generais que servem ao governo no Palácio do Planalto levantaram dúvidas, sem qualquer tipo de prova ou indício

de irregularidade, sobre a segurança das urnas eletrônicas e da condução da Justiça Eleitoral na organização do processo eleitoral de 2022. As manifestações de Bolsonaro incluíram a defesa da participação das Forças Armadas no processo de apuração dos votos e a contratação de uma auditoria paralela.

Bolsonaro voltou a fazer novas críticas na sexta-feira, 13. “Vocês devem estar acompanhando o que acontece no centro do poder lá em Brasília. Uma luta pelo poder. Pessoas poucas, mas que saem das quatro linhas da Constituição para tumultuar o que vem acontecendo no Brasil”, dis-

se em Campos do Jordão (SP). E voltou a cobrar a participação das FFAA no processo eleitoral. “Elas fizeram seu papel, não foram lá para servir de moldura para quem quer que seja, e hoje nos atacam como que as Forças Armadas estivessem interferindo no processo eleitoral”. No mesmo dia, Fachin voltou ao assunto e subiu mais um tom: “É preciso que todos os Poderes digam que vão respeitar o resultados das eleições de 2022”, declarou.

No sábado, 14, o ministro Alexandre de Moraes, que presidirá o TSE durante as eleições a partir de agosto, não só defendeu as urnas eletrônicas, mas garantiu que o candidato eleito em outubro será diplomado. “Vamos garantir a democracia no Brasil com eleições limpas, transparentes e por urnas eletrônicas. Em 19 de dezembro, quem ganhar vai ser diplomado nos termos constitucionais, e o Poder Judiciário vai continuar fiscalizando e garantindo a democracia”, afirmou no Congresso dos Magistrados Brasileiros, em Salvador.

Sem citar Bolsonaro, os filhos e os integrantes do chamado Gabinete do Ódio, o ministro disse que a principal ameaça ao processo eleitoral hoje são as “milícias digitais”, que tentam fazer com que a população duvide da mídia com fake news. “A internet deu voz aos imbecis. Hoje qualquer um se diz especialista, veste terno, gravata, coloca painel falso de livros (no fundo do vídeo) e fala desde a guerra da Ucrânia até o preço da gasolina, além de atacar o Judiciário”, advertiu.

E avisou que nada vai intimidar a Justiça Eleitoral. “Como não dá para atacar o povo, começaram a atacar os instrumentos que garantem a democracia”, disse. “De quatro em quatro anos tem eleições, e essas milícias digitais sabem disso. O Poder Judiciário não pode e não vai se acovardar



RECADO Alexandre de Moraes avisa que a Justiça não vai se acovardar

perante essas agressões, eu tenho absoluta certeza disso”.

Principal adversário de Bolsonaro nas eleições e líder nas pesquisas, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva reiterou sua confiança nas urnas eletrônicas. “Eu confio na urna eletrônica porque, se pudesse roubar na urna eletrônica, um torneio mecânico não teria sido presidente da República duas vezes”, disse o petista, fazendo referência às suas consagradas vitórias nas eleições de 2002 e 2006.

“Bolsonaro fala em golpe todo dia. Ele vai ver o golpe, vai sofrer. Dia 2 de outubro o povo brasileiro vai dar um golpe no autoritarismo dele e vai reestabelecer a democracia nesse país”, disse Lula durante sua viagem a Minas Gerais. “Vai ser o primeiro golpe democrático e popular. Um golpe sem fuzil, sem metralhadora, é o golpe da eleição democrática”.

Na semana anterior, em mais uma de suas transmissões pelas redes sociais, Bolsonaro voltou a questionar, sem provas, o sistema eleitoral brasileiro e disse que pediu ao presidente do PL, ex-deputado Valdemar Costa Neto, para o partido contratar uma empresa externa para fazer auditoria “antes das eleições”. O PL negou que pense em realizar auditoria, mas o presidente usou o termo em tom de ameaça à Justiça Eleitoral.

“Adianto para o TSE: essa auditoria não vai ser feita após as eleições. Uma vez contratada, a empresa já começa a trabalhar e vai pedir ao TSE, com toda a certeza, uma quantidade grande de informações”, afirmou. Ele só não explicou que o TSE já faz uma auditoria antes, durante e depois da votação, e partidos políticos podem participar de todo o processo. Tem sido assim desde a primeira eleição presidencial com urna eletrônica, realizada em 1998, quando Fernando Henrique Cardoso foi reeleito sem que Lula jamais questionasse o resultado eleitoral.

Na quarta-feira, 11, o comandante da Marinha, Almirante Garnier Santos, manifestou apoio a Bolsonaro sobre a necessidade de uma auditoria privada das urnas. Em entrevista ao jornal O Povo, de Fortaleza (CE), ele disse que quer que os brasileiros tenham certeza do resultado.

“O presidente tem feito críticas, mas não é só o presidente que faz crítica, muita gente faz críticas às urnas há muito tempo. O presidente da República é o meu chefe, é o meu comandante, ele tem o direito de dizer o que quiser”, disse o almirante.

No início do mês, a Reuters revelou que o ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, enviou ofício a Fachin pedindo a divulgação dos documentos

da Comissão de Transparência das Eleições, em especial as propostas feitas pelo representante das Forças Armadas no colegiado. Em abril, o TSE divulgou um documento com 81 páginas com as sugestões da comissão, inclusive do representante dos militares.

Em 4 de maio, o *Estadão* revelou que as Forças Armadas enviaram 88 questionamentos ao TSE nos últimos meses sobre supostos riscos e fragilidades que, na visão dos militares, podem expor a vulnerabilidade do processo eleitoral.

A maioria das perguntas reproduz o discurso de Bolsonaro, que tem colocado em dúvida a segurança das urnas eletrônicas e mantido a própria atuação da Corte sob suspeita. Fachin respondeu à Defesa que quem havia pedido sigilo nos relatórios tinha sido ninguém menos que o representante das FFAA.

Desde então, um duelo vem sendo travado pelo presidente da República, que passa a questionar a cada momento a Justiça Eleitoral. Mas Fachin mostra a disposição dos tribunais superiores em assegurar o resultado das eleições, sem se deixar intimidar.

Na semana passada, Bolsonaro chegou a dizer que Fachin estava vendo fantasmas e que a democracia não está em risco. Recorreu ao velho morde e assopra, mas foi repellido de pronto pelo ministro do TSE. "Dizem que falo de fantasmas. A violência tem gênero e grau. A violência no Brasil é trágica. A desinformação tem nome e origem. Não é um fantasma", disse Fachin, na Bahia. "Assistimos quase incrédulos a normalização de ataques às instituições impulsionadas por práticas de desinformações". •



URNA PASSA EM TESTE DE HACKER

Introduzida pela Justiça Eleitoral nas eleições municipais de 1996, a urna eletrônica é objeto de ataques do presidente Jair Bolsonaro que tenta a todo custo apontar falhas de segurança no equipamento. Pois o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) encerrou na sexta-feira, 13, a última etapa do teste público de segurança das urnas eletrônicas. E informou que nenhum dos planos colocado em prática pelos investigadores conseguiu hackear o sistema, alterar os votos ou quebrar o sigilo da votação.

Chamado de TPS, o evento é realizado desde 2009, e tem como objetivo apontar eventuais vulnerabilidades do sistema eletrônico de votação. A primeira fase aconteceu em novembro, quando os investigadores executaram 29 planos de ataques contra o sistema.

Desta vez, os grupos voltaram a Brasília para repetir os cinco planos que, no ano passado, apontaram algum tipo de "achado" relevante. Segundo o TSE, foi possível fazer melhorias no sistema para que os problemas encontrados na época fossem resolvidos.

"O balanço que eu faço é positivo. Os planos de ataques que foram bem sucedidos em novembro tiveram melhorias implementadas pelo TSE satisfatórias. Foram resolvidos os problemas encontrados na primeira fase", afirmou Sandro Vieira, juiz auxiliar do TSE.

De acordo com Vieira, dos 29 planos de ataques, nenhum conseguiu alterar voto ou mexer na totalização dos votos registrados ou totalizados pelo TSE. Um relatório final sobre o processo será entregue em 30 de maio ao presidente da corte, ministro Edson Fachin. Ainda serão realizados testes internos no sistema até a lacração das urnas eletrônicas, prevista para acontecer em setembro.

Entre os planos que voltaram a ser executados esta semana está um elaborado por peritos da Polícia Federal, que em novembro haviam conseguido romper a linha de transmissão de dados e entrar na rede do TSE. A equipe do tribunal, no entanto, fez melhorias no sistema e conseguiu barrar a tentativa desta vez.

"O TSE fez correções do ponto de vista da infraestrutura de rede e de controle de acesso do kit JE Conecte, que é um kit utilizado para a transmissão de boletins de urnas em centros de votação", explicou Sandro Viera. "E a solução implementada pelo TSE foi validada pelos peritos da PF, que ao tentar ingressar na rede foram expulsos, não conseguiram o ataque".

O TPS costumava ser um evento meramente protocolar nas outras eleições, mas passou a ser acompanhado mais de perto este ano, depois das reiteradas investidas do presidente contra as urnas eletrônicas. •

EM MINAS, A DEFESA DE MAIS EMPREGOS

Na primeira viagem após lançar a chapa presidencial com Alckmin, o ex-presidente visita Belo Horizonte, Contagem e Juiz de Fora. E avisa: “Minha causa é a gente libertar o povo brasileiro do sofrimento”

A Caravana da Esperança chegou a Minas Gerais na segunda-feira, 9, com a visita do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao estado para conversas com movimentos sociais, artistas e educadores. É a primeira viagem do movimento Vamos Juntos pelo Brasil, que Lula e o ex-governador Geraldo Alckmin lançaram no sábado, 7.

Em Belo Horizonte, Lula manteve encontros com dirigentes dos movimentos sociais e recebeu o apoio de representantes de organizações sindicais, dos movimentos sociais e de partidos políticos do campo progressista. Ele fez um discurso emocionante, declarando que sua causa é “libertar o povo brasileiro do sofrimento”.

“Eu disse que não quero ser candidato apenas do PT, apenas dos partidos aliados”, declarou. “Eu quero ser candidato de um movimento das pessoas que amam, que gostam de paz, que

têm civilidade, que choraram por seus parentes que morreram na pandemia, das pessoas que ficaram desempregadas, dos 19 milhões que estão passando fome, dos 116 milhões que têm algum problema de insegurança alimentar, dos milhões e milhões de brasileiros que saem para procurar emprego todo dia e voltam para casa sem, dos milhões de brasileiros que trabalham por aplicativo sem ter férias, seguridade social, descanso remunerado”.

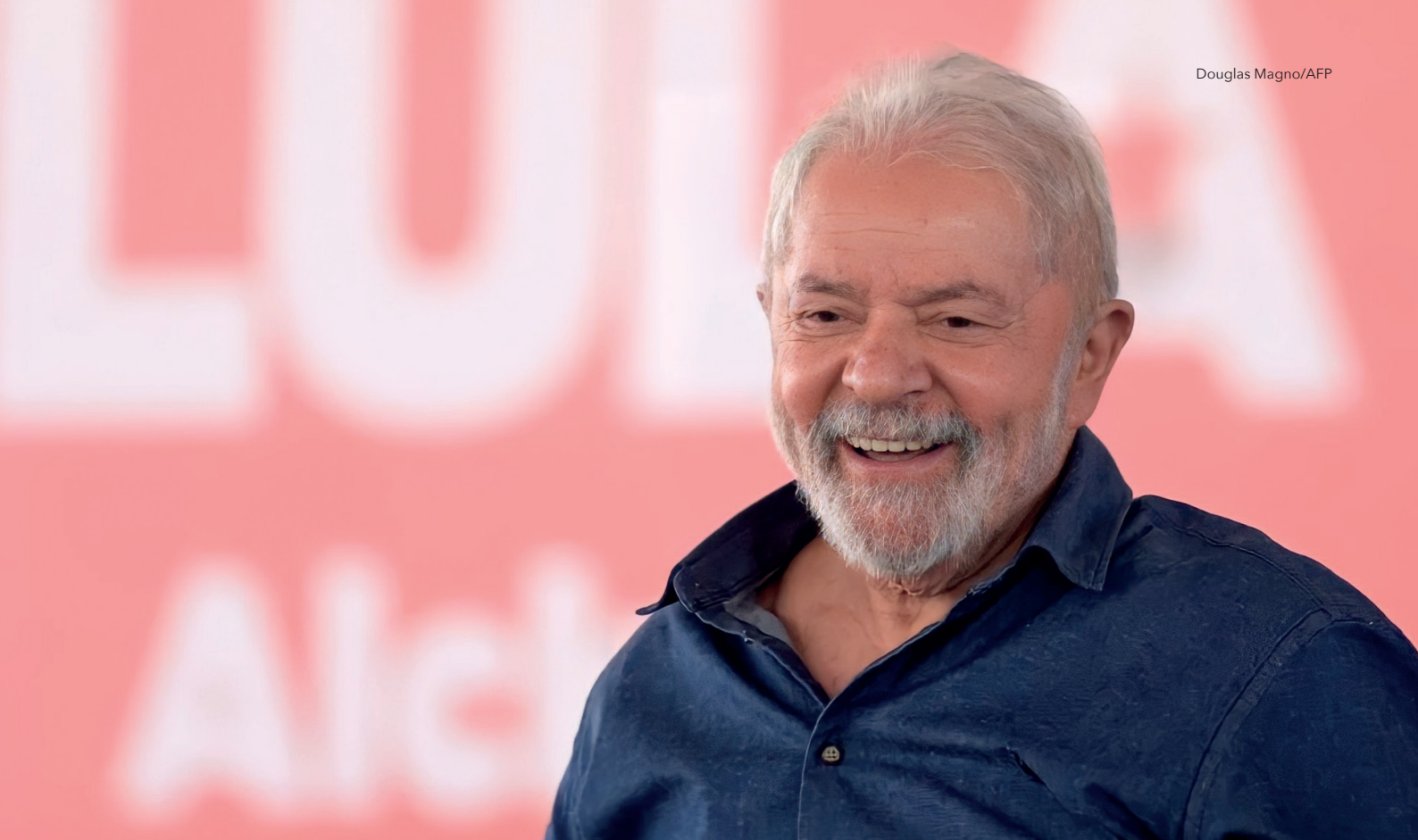
A agenda de Lula começou com uma visita a Belo Horizonte, onde ocorreu um ato que reuniu os presidentes estaduais de todos os partidos que integram o Vamos Juntos pelo Brasil: PT, PSB, PCdoB, PV, Rede, PSol e Solidariedade. “É a primeira vez que recebo apoio de todas as centrais sindicais e de todos os partidos progressistas de esquerda em Minas Gerais e no Brasil. Algo novo está acontecendo no nosso país”, comemorou.

Da capital, Lula seguiu para Contagem, governado pela pre-

feita Márcia Campos (PT), um dos principais pólos industriais do estado de Minas Gerais. Ele denunciou a desindustrialização do país e disse que só um Estado fortalecido será capaz de reativar a indústria nacional. “O Brasil já chegou a ter 30% do seu PIB extraído da sua produção industrial. Caiu para 11%”, lembrou.

A visita terminou em Juiz de Fora, governada pela prefeita Margarida Salomão (PT). Lula recebeu de reitores das universidades federais propostas para melhorar a educação do país e se comprometeu a, caso seja eleito, aumentar os recursos para ciência e tecnologia no país.

O ex-presidente ainda criticou o teto de gastos, instituído pelo governo Temer após a derrubada de Dilma Rousseff, e avisou aos reitores que precisará de ajuda para elaborar um plano de desenvolvimento nacional que identifique novas áreas do conhecimento que gerem emprego para a juventude. •



LULA VENCE NOS DOIS TURNOS

As pesquisas indicam um quadro de relativa estabilidade após a subida de Bolsonaro - impulsionada pela saída de Sergio Moro da disputa eleitoral e por uma melhora na avaliação do governo. Mas a rejeição segue alta e as perspectivas na economia não ajudam o Palácio do Planalto

Matheus Tancredo Toledo

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva está consolidado na dianteira da disputa presidencial. Neste artigo, abordamos os levantamentos mais recentes divulgados pelos institutos de pesquisa. As pesquisas mais novas são dos institutos Ipespe, em parceria com a XP Investimentos, MDA, em parceria com a Confederação Nacional dos Transportes (CNT), e Quaest, em parceria com a Genial Investimentos e Poderdata.

A reprovação ao governo Bolsonaro segue alta: a 52% (Ipespe), 46% (Quaest) e 44% (MDA).

Os índices positivos são baixos. A aprovação é de apenas 29% dos brasileiros, segundo o Ipespe. Na Quaest, o número é de 26%; e na MDA, 26%.

Segundo o Ipespe, no aferimento realizado entre 2 e 4 de maio, Lula segue líder nos cenários de primeiro turno, com 44% das intenções de voto, seguido pelo presidente Jair Bolsonaro (PL), que busca a reeleição e tem 31% da preferência. Em sequência aparecem Ciro Gomes (PDT) com 8%, João Doria Junior (PSDB) e André Janones (Avante), com 3% cada. Simone Tebet (MDB) e Felipe D'ávila (Novo) têm 1%, cada.

No levantamento do MDA, Lula tem 41% das intenções de

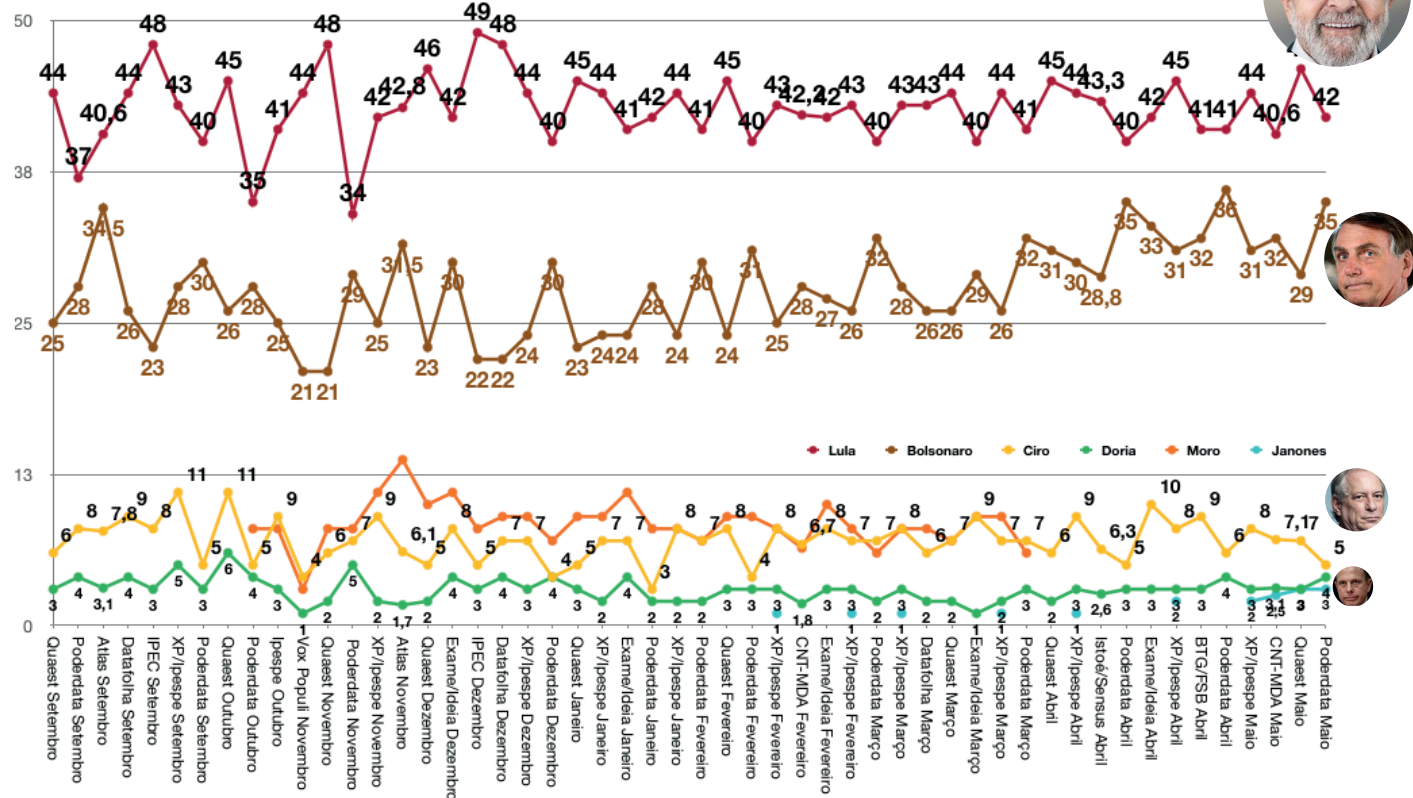
voto, enquanto Bolsonaro tem 32%. Ciro tem 7% da preferência do eleitorado, seguido por Doria e Janones (3%, cada) - Tebet alcança 2,3%.

Por fim, de acordo com a Quaest, Lula está na frente com 46% e Bolsonaro, 29%. Ciro repete o desempenho do levantamento da MDA, com 7%. O ex-governador de São Paulo e o Janones aparecem com os mesmos 3% das outras duas pesquisas. A senadora emedebista e o candidato do Novo têm, cada um, 1%.

Já a pesquisa PoderData traz um quadro de estabilidade - o instituto vem apontando uma distância menor entre Lula e Bolsonaro, mas não detectou na últi-

Evolução da corrida presidencial. Primeiro turno

Dados compilados pelo Noppe/FPA



ma rodada evolução nos números. O quadro permanece quase o mesmo do último levantamento: Lula, 42%; Bolsonaro, 35%; Ciro tem 5%, Doria 4%, Janones 3% e Tebet 2%.

As pesquisas indicam, neste momento, um quadro de relativa estabilidade após a subida de Bolsonaro - impulsionada pela saída de Sergio Moro da disputa eleitoral e por uma melhora na avaliação de seu governo. Os próximos levantamentos em maio responderão se essa estagnação é momentânea ou tendência.

Nos cenários de segundo turno, as pesquisas apontam para uma vantagem substancial de Lula contra Bolsonaro. Segundo a XP/Ipespe, Lula tem 20 pontos percentuais a mais que Bolsonaro (54% contra 34%). Na MDA, a vantagem é de 14 pontos - 51% contra 37%. No levantamento do Quaest, Lula tem 54% contra 34% de Bolsonaro, os mesmos 20 pontos do Ipespe.

De acordo com a Quest, 58% dos brasileiros acreditam que Bolsonaro não merece ser reeleito,

enquanto 53% da população acha que Lula merece um novo mandato. Segundo o Ipespe, 58% esperam que Lula vença as eleições, enquanto 32% creem que Bolsonaro será vitorioso.

Os números são determinados, em certa medida, pela alta rejeição eleitoral do líder da extrema-direita. Segundo a Quaest, 59% não votariam em Bolsonaro de jeito nenhum. Na XP/Ipespe, é 60% a rejeição e 54% no MDA. Junto a Bolsonaro, segue alta a rejeição de João Doria - com 68% na MDA, 55% no Ipespe e 59% na Quaest. Entre os candidatos mais conhecidos, Lula é o que tem menor rejeição, 43% (Quaest), 44% (MDA) e 43% (Ipespe).

Segundo a Quaest, para os brasileiros, os principais problemas do Brasil, são: economia (50%), saúde/pandemia (13%), questões sociais (11%) e corrupção (9%). Entre os problemas econômicos destacam-se: crise econômica (19%), inflação (18%) e desemprego (13%). Entre os problemas sociais, a fome (8%), a desigualdade (2%) e pessoas em situação de rua (1%).

De acordo com o Ipespe, somente 13% da população espera diminuição da inflação no próximo período, enquanto 62% preveem aumento e 21%, sua manutenção. A inflação é percebida por 95% dos brasileiros, e seus efeitos na renda são claros: segundo a Quaest, pagar as contas mensalmente está mais difícil para 59%, 8 pontos a mais do que em janeiro - o instituto aponta que para 62% a economia piorou. Segundo o Ipespe, são 63% que veem a economia brasileira no caminho errado.

As variações em relação aos últimos levantamentos (com periodicidade quinzenal no Ipespe, mensal na Quaest e bimestral na MDA) ocorreram dentro da margem de erro. No caso da última pesquisa, a diferença de 4 pontos percentuais a mais na aprovação, em comparação com a rodada anterior está quase no limite da margem, que é de 2,2 pontos. •

Cientista político, é mestre pela PUC de São Paulo e analista do Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos (Noppe), da Fundação Perseu Abramo.

LULA, A ESPERANÇA

Nos próximos meses, as forças democráticas e progressistas que apoiam a chapa do ex-presidente e Alckmin vão elaborar um plano de governo para recolocar o Brasil na trilha do crescimento com reindustrialização, num modelo que inclua a transição digital e o desenvolvimento sustentável com respeito à mãe natureza

Reginaldo Lopes

Nesta semana, Minas Gerais recebeu a visita do ex-presidente Lula. Ele escolheu começar pelo estado uma verdadeira Caravana da Esperança, que vai percorrer o país nos próximos meses. A viagem acontece logo após ato em São Paulo que marcou o lançamento da aliança entre Lula e Geraldo Alckmin, para a disputa da Presidência da República, o que representa um gigantesco movimento histórico diante do momento extremamente grave pelo qual o Brasil atravessa.

Como disse Lula, o movimento #VamosJuntosPeloBrasil foi mais do que um ato político. Foi uma conclamação a homens e mulheres de todo o Brasil, de todas as gerações, raças e credos religiosos para a reconquista da democracia, da soberania nacional, dos empregos, da preservação do meio ambiente e dos direitos sociais, trabalhistas e econômicos do povo brasileiro.

Foi iniciada uma caminhada para escrever uma nova história junto com o povo brasileiro. Será preciso, por exemplo, recuperar os direitos dos trabalhadores, garantir confiabilidade de uma política econômica que assegure



investimentos produtivos por parte do empresariado, retomar as inversões do setor público em obras de infraestrutura, instituir um mercado interno que impulse as atividades econômicas e gerar e distribuir renda.

Para os nossos jovens, hoje na amargura da desesperança, o próprio Lula já antecipou que será preciso garantir o apoio com políticas específicas. Uma delas, o estímulo ao empreendedorismo, para que montem seus próprios negócios e permaneçam no Brasil, em vez de emigrar para outros países em busca de oportunidades. Promover a criação de condições plenas que estabeleçam oportunidades para que as pessoas possam viver bem, melhorar de vida e concretizar seus sonhos.

O tema soberania nacional também foi destacado no lançamento do Movimento #VamosJuntosPeloBrasil. Não é só a defesa territorial, o conceito é amplo e envolve a defesa de nossos recursos naturais, como a floresta amazônica e sua inestimável biodiversidade, o nosso petróleo, nossa matriz energética. Com o governo atual, nossos biomas têm sido destruídos e nossas riquezas colocadas nas mãos de estrangeiros. Além do mais, não se pode falar de soberania enquanto dezenas de milhões

de brasileiros passam fome, estão desempregados e jogados na desesperança.

Como Lula e Alckmin afirmaram, é preciso resgatar o Brasil para os brasileiros. Um exemplo é pôr fim ao arrocho salarial, repondo as perdas inflacionárias. Mais poder de compra para os assalariados, mais mercado interno e impulso às atividades econômicas.

Nos próximos meses, as forças democráticas e progressistas que apoiam Lula e Alckmin vão elaborar um plano de governo para recolocar o Brasil na trilha do crescimento com reindustrialização, num modelo que inclua a transição digital e o desenvolvimento sustentável com respeito à mãe natureza. Geração de empregos, justiça social, mais qualidade de vida, democracia plena, tolerância e fim da escalada do ódio promovido por Bolsonaro. Mais investimentos em educação de qualidade, na pesquisa, ciência, tecnologia e inovação.

Como disse Lula, hora de colocar “o coração junto com a razão” para construir um país livre da fome e na vanguarda da preservação do meio ambiente, em desenvolvimento sustentável e em geração de tecnologia de ponta para uma economia verde. Queremos um país mais igualitário, com vida digna para todo o povo brasileiro. •

* Deputado federal por Minas Gerais, é líder do PT na Câmara dos Deputados.



HADDAD LIDERA A DISPUTA EM SÃO PAULO

Pesquisa realizada pela Quaest mostra o ex-prefeito com 30% na corrida pelo governo paulista. Ele está consolidado na liderança e cresceu 6 pontos. Ele critica o governo federal e ajuda a estabelecer uma cunha progressista no maior estado brasileiro

As eleições para o governo de São Paulo mostram um quadro consolidado para o ex-ministro da Educação e ex-prefeito de São Paulo, que segue avançando na liderança da disputa. Candidato do PT ao Palácio dos Bandeirantes, Fernando Haddad cresceu 6 pontos e lidera a pesquisa para a disputa do governo, com 30% das intenções de voto, segundo levantamento da Quaest, sob encomenda da corretora Genial Investimentos. Em simulações de 2º turno, Haddad também lidera em todos os cenários.

Em segundo lugar, no primeiro turno, está o ex-governador Márcio França (PSB), que tem 17%. Os outros dois candidatos com algum peso político seguem atrás, mais distantes: o candidato de Jair Bolsonaro, o ex-ministro da Infraestrutura Tarcísio Freitas (Republicanos), que tem 10% e o governador Rodrigo Garcia (PSDB), com 5%.

Felício Ramuth (PSD), Gabriel Colombo (PCB), Vinicius Poit (Novo), Altino Junior (PSTU), Elvis Cezar (PDT) e Abraham Weintraub (PMB) registraram 1% cada um. Os indecisos somam 14% na pesquisa estimulada. O único candidato a variar acima da margem de erro

foi Haddad, o líder da pesquisa.

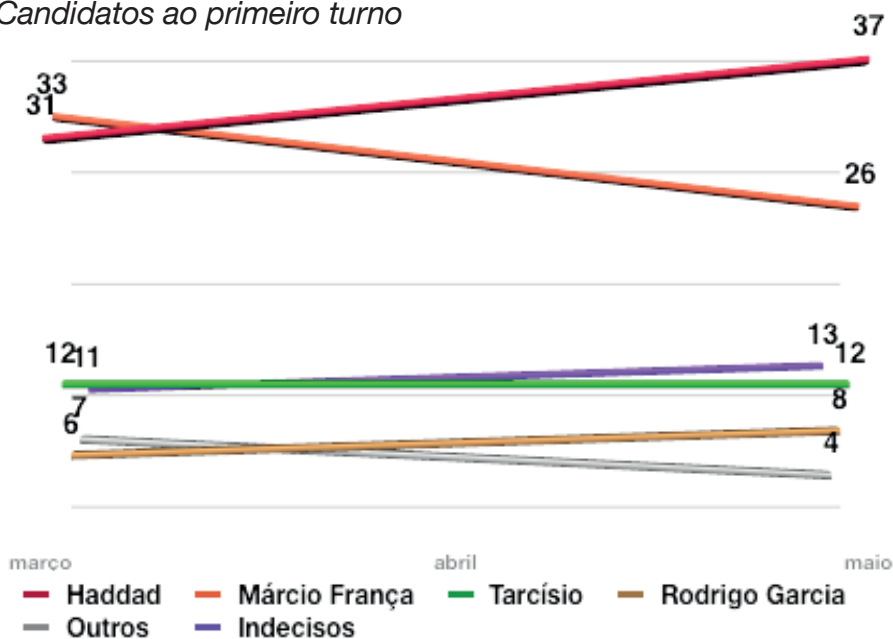
Em um cenário sem Márcio França, o ex-ministro da Educação amplia a liderança e chega a 37%. Tarcísio alcança 12% e Garcia, 8%. Em um eventual cenário sem o ex-prefeito, França lidera com 29%, Tarcísio tem 12% e Garcia, 9%.

Se a eleição no segundo turno ocorresse agora, Fernando Haddad seria imbatível. O petista supera todos os outros candidatos. Contra Márcio França, Haddad teria 38% ante 32%. Ele ainda vence o bolsonarista Tarcísio Freitas por 45% a 23%, e também o tucano Rodrigo Garcia por 44% a 21%.

Diretor da Quaest, Felipe Nunes analisa os dados da pesqui-

Evolução de voto para governador de SP

Candidatos ao primeiro turno



Fonte: Quaest

sa. Ele aponta que Haddad teve crescimento significativo. “No cenário com Márcio França, Haddad passou de 24% para 30% entre março e maio/22. Sem França, ele foi de 31% para 37% no mesmo período”, comenta.

Apesar disso, Felipe lembra um fator que ameaça a liderança do petista. “Ao contrário do que acontece com a eleição presidencial, apenas 36% dos eleitores dizem que sua intenção de voto é definitiva”, afirmou.

O levantamento da Quaest mostra que a vantagem de Haddad sobre os outros candidatos aparece principalmente entre as mulheres, os jovens e os eleitores que votam em Lula em São Paulo. França e Tarcísio se dão melhor entre os homens, os mais velhos e os eleitores de Bolsonaro.

Sobre o cenário eleitoral, Felipe Nunes aponta que a rejeição ao bolsonarismo é um problema para o ex-ministro Tarcísio Freitas. “Ainda é alto o percentual de eleitores que afirmam que Bolsonaro não merece um novo mandato (62%). Na consulta de março, a primeira da série de pesquisas estaduais, este número era de 68%”, aponta.

Outro ponto da análise do diretor do instituto de pesquisa

é que a eleição em São Paulo mostra vantagem de Haddad, mas é difícil prever ainda quem vai para o segundo turno com ele. Os outros três candidatos tem boas condições de ocupar esse segundo lugar a depender da variável usada para projetar potencial eleitoral.

Sobre as expectativas da população, outro dado que chama atenção na pesquisa é o aumento significativo de eleitores que afirmam que a violência é o principal problema que São Paulo. “Em março, 7% diziam isso. Neste mês, já são 14%”, comenta Felipe Nunes.

“A volta à normalidade no pós-pandemia parece estar criando um efeito de explosão de insegurança nas pessoas”, aponta. “Embora em queda, o percentual de preocupados com a economia continua majoritário: 30%”.

O levantamento da Genial/Quaest foi realizado entre 6 e 9 de maio, com 1.640 entrevistas presenciais domiciliares em 76 municípios. A margem de erro é de 2,4 pontos percentuais com 95% de nível de confiabilidade. A pesquisa está registrada no TSE sob o número BR-09290/2022 e SP-00620/2022. •

AGENDA SOFRE SUSPENSÃO TEMPORÁRIA

Pré-candidato ao governo de São Paulo pelo PT, o ex-prefeito Fernando Haddad paralisou as atividades da pré-campanha na última semana por causa de um problema de cálculo renal. Ele se sentiu mal e teve dores intensas, mas não precisou ser internado. O médico recomendou que permanecesse em repouso até o início da semana, recebendo tratamento ambulatorial.

Em postagem feita nas redes sociais, o petista disse que já está bem, mas que não vai se esquecer da sua “primeira pedra no rim”. “A primeira pedra no rim a gente não esquece. Obrigado pelas manifestações de carinho. Já está tudo bem”, declarou.

Haddad recebeu mensagens de solidariedade até de adversários na corrida pelo Palácio dos Bandeirantes. Em postagem no Twitter, o pré-candidato Márcio França (PSB) desejou pronta recuperação ao concorrente. “Força Fernando! Precisamos de você. Saúde”, escreveu.

Embora o PT e o PSB sejam aliados na corrida presidencial, compondo a chapa encabeçada por Lula (PT) e Geraldo Alckmin (PSB), na esfera estadual, Haddad e Márcio França ainda discutem o lançamento de chapas distintas para concorrer ao governo do estado de São Paulo. •



Roberto Stuckert Filho

DILIGÊNCIA Leila Barros (PDT-DF) e Humberto Costa (PT-RR), em Boa Vista, constataram o desmonte da fiscalização do governo na área yanomami

A OMISSÃO CRIMINOSA DO GOVERNO EM RORAIMA

Comitiva parlamentar constata desmonte da estrutura de proteção ao povo yanomami, vítima do descaso federal diante do garimpo ilegal e invasor. Humberto garante que Congresso vai cobrar providências de Bolsonaro

Oito parlamentares - cinco senadores e três deputados - desembarcaram na quarta-feira, 11, em Roraima para avaliar o grau de abandono a que está exposto o povo yanomami, vítima do garimpo predatório e ilegal em suas terras e da omissão do governo federal. A ideia da viagem era entender os motivos pelos quais a área indígena deixou de ser fiscalizada pelo poder público.

À frente da comitiva está o presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado, Humberto Costa (PT-PE), que constatou que os yanomamis foram abandonados pela Funai e pelo governo federal. Ele anunciou que vai cobrar do governo Bolsonaro a retomada da fiscalização das terras

indígenas no estado.

Organizações como a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) acusam o governo de conivência com os crimes do garimpo ilegal nesses territórios, que tiveram devastação 46% maior no ano passado em comparação com 2020.

Os parlamentares não conseguiram ir até a área indígena, situada no norte do estado de Roraima, limitando-se à capital, Boa Vista, onde realizaram reuniões com representantes de organizações indígenas e procuradores do Ministério Público Federal.

Humberto lamentou que o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, e o Exército não tenham se mobilizado para garantir aos parlamentares a estrutura necessária para chegar à área de con-

to entre indígenas e garimpeiros. "Nossa ideia era conhecer a realidade no local. Mas, infelizmente, seja pela falta de apoio ostensivo do presidente Pacheco, seja pela negativa do Exército, não tivemos como sair de Boa Vista", disse.

De acordo com relatório da Hutukara Associação Yanomami, entre outubro de 2018 e o fim do ano passado, a área destruída pelo garimpo ilegal em Roraima quase dobrou de tamanho, ultrapassando 3,2 mil hectares. Apenas de 2020 para 2021, o desmatamento cresceu 46% em terras yanomamis.

Durante as diligências, os parlamentares estiveram na sede da Superintendência da Polícia Federal em Boa Vista e visitaram o pátio que reúne aeronaves apreendidas do garimpo ilegal na região. "Isso dá uma pequena ideia de quão grande é a atividade dos garimpeiros, das pessoas que financiam o garimpo, que são os grandes beneficiados por esse tipo de ação", disse o senador.

"Vimos o trabalho sério que a Polícia Federal vem fazendo, embora com poucas condições materiais. Tenho certeza que no momento em que tivermos um governo efetivamente comprometido com a Justiça, com a lei e, acima de tudo, com os direitos dos povos indígenas certamente teremos esse trabalho feito de maneira muito mais intensa e com muito mais resultados", disse.

Além de Humberto, integravam a comitiva os senadores Telmário Mota (Pros-RR), Mecias de Jesus (REP-RR) e Chico Rodrigues (UB-RR), Eliziane Gama (CID-MA) e Leila Barros (PDT-DF). Também acompanham o grupo os deputados José Ricardo (PT-AM) e Orlando Silva (PCdoB-SP), que preside a CDH da Câmara, a deputada Joênia Wapichana (Rede-RR), coordenadora da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas. •

HORA DE REGULAMENTAR AS GRANDES PLATAFORMAS

As plataformas são espaços mediadores ativos que, no caso das redes sociais, colocam pessoas e grupos em contato criando espaços formadores de opinião que, no entanto, não são neutros

Lia Ribeiro Dias *
Cezar Alvarez **

O escândalo da Cambridge Analytica, consultoria britânica contratada pela campanha de Donald Trump que usou dados de usuários do Facebook para influenciar as eleições norte-americanas de 2016 e também manipulou as eleições do Brexit, despertou a sociedade civil e governos de todo o mundo para o enorme poder que as plataformas digitais passaram a concentrar a partir da primeira década do século 21, com a datificação da economia.

A partir daquele ano, vários países aceleraram os debates sobre mecanismos legais para regular as plataformas em três dimensões: o aumento da proteção sobre os dados pessoais dos internautas e a garantia de privacidade; a moderação do discurso online para evitar a propagação descontrolada de mentiras e desinformação na rede, as chamadas fakes news; a defesa da concorrência e transparência de atuação.

Por que as plataformas digitais se transformaram nas vedetes do capitalismo digital ou informacional?

O aumento da capacidade de processamento dos computadores e a implantação de gigantes bancos de dados em data centers ou na nuvem permitiu às empresas de tecnologia, criadas a partir da internet ou para alimentar seu ecossistema, processar os dados de todas as transações online de seus clientes ou de suas interações em plataformas e redes sociais. E transformar essas informações em produtos a serem comercializados para aumentar os lucros de seus clientes – ou o seu poder de influência política ou econômica – e de seus acionistas.

Desde a transição do capitalismo industrial para o capitalismo digital, no final dos anos 1970, começo dos anos 1980, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) vêm assumindo um papel cada vez mais relevante nos diferentes segmentos da economia. E este papel se torna essencial com a chamada economia dos dados, que representa um novo estágio no capitalismo digital e tem nas plataformas digitais um de seus pilares mais importantes. E também mais assustadores.

De um lado, pelo poder econômico que concentram. As cinco principais empresas da inter-

net, conhecidas pelo acrônimo GAFAM (Google, Amazon, Facebook, Apple e Microsoft), todas estabelecidas na Costa Leste dos Estados Unidos, têm valor de mercado que supera os US\$ 5 trilhões.

De outro, por sua influência política e cultural. As plataformas são espaços mediadores ativos que, no caso das redes sociais, colocam pessoas e grupos em contato criando espaços públicos formadores de opinião que, no entanto, não são neutros. São propriedade de empresas privadas que organizam e hierarquizam as informações seja nos mecanismos de busca seja nos feeds de notícias de redes sociais com base em estruturas algorítmicas que têm, por objetivo, maximizar os lucros para atender os interesses de seus anunciantes.

É justamente por isso que podem direcionar anúncios, seja de produtos seja de mensagens políticas para determinado tipo de perfil de público, da mesma forma que podem direcionar mensagens nos serviços de mensageria, a exemplo do WhatsApp, entre outros, como ocorreu com os disparos em massa a serviço da candidatura de Bolsonaro pagos por empresas nas eleições de 2018.

PL das Fake News

Para regulamentar a mediação online e coibir a disseminação de fake news, o Senado aprovou, em 2020, o PL 2630, que foi alterado na Câmara dos Deputados após um longo processo de debates entre representantes dos partidos políticos, das empresas e de grupos organizados da sociedade civil. Conhecido como “PL das Fake News”, trata-se de um importante instrumento regulatório para apoiar o processo democrático no país, pois vai muito além de restringir a propagação de notícias falsas na internet.

Ele trata da publicidade na internet, estabelecendo regras de transparência; da autorregulação das plataformas cujo código de conduta (deveres das plataformas e serviços de mensageria e direitos dos usuários) deve seguir diretrizes gerais definidas por conselho multissetorial; da rastreabilidade e guarda dos dados, respeitando os direitos à privacidade e à liberdade de expressão; das regras relativas a determinadas garantias para contas de agentes públicos.

Os dois pontos mais polêmicos contidos no PL sobre os quais não se havia chegado a um acordo até o início de abril deste ano, antes de sua votação pelo plenário da Câmara dos Deputados (como o regime de urgência não foi aprovado, havia dúvidas sobre sua validade para as eleições de 2022), se referiam à imunidade parlamentar (o artigo 22 permite blindar perfis de deputados e senadores à aplicação das regras das próprias plataformas) e à remuneração de conteúdo jornalístico (artigo 38). A posição da Coalizão Direitos na Rede era pela exclusão deste artigo e sua regulação em separado.

O Brasil já conta com a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados), que é um bom arcabouço legal, mas demanda regulações complementares. Aprovado o PL 2630, o país terá como disciplinar as plataformas no que diz respeito à mediação online (tudo que se publica nas redes). Faltará avançar – e esta é uma demanda urgente – no que diz respeito à defesa da concorrência, território onde as grandes plataformas, hoje, impõem a sua lei. •

* Jornalista, é especialista em telecomunicações. ** Coordenador do Núcleo de Acompanhamento de Políticas Públicas de Tecnologias de Informação e Comunicação (Napp-TICs), da Fundação Perseu Abramo.



COMO O PT SALVOU O BRASIL?

EXPANSÃO DO GASTO SOCIAL

Lula e Dilma criaram programas sociais e promoveram transferência de renda aos mais pobres. Os investimentos na área social experimentaram aumento real de quase 60% entre 2003 e 2014

Eduardo Fagnani *
Gerson Gomes **
Guilherme Mello ***

Neste vigésimo sexto artigo da série organizada para oferecer fatos e números que desconstruam a tese mentirosa de que a política econômica do PT teria “quebrado o Brasil”, mostramos como a expansão dos gastos sociais nas administrações de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff no governo federal mudaram o Brasil.

O crescimento econômico fez crescer as receitas tributárias, melhorando as contas públicas e abrindo espaços para a expansão

dos programas sociais, que passaram de 12,2% para 17,5% do PIB, entre 2002 e 2015 – Gráfico 1.

Essa ampliação dos gastos sociais foi um dos pilares da política de desenvolvimento voltada para a expansão do mercado de consumo, dado o papel relevante na transferência de renda para os mais pobres – via Seguridade Social e programa Bolsa Família, por exemplo – e na ampliação da oferta de bens e serviços sociais, como fez o programa Minha Casa Minha Vida.

Utilizando uma comparação latino-americana elaborada pela Cepal, o Brasil seguiu trajetória crescente dos gastos sociais em proporção ao próprio PIB, figu-

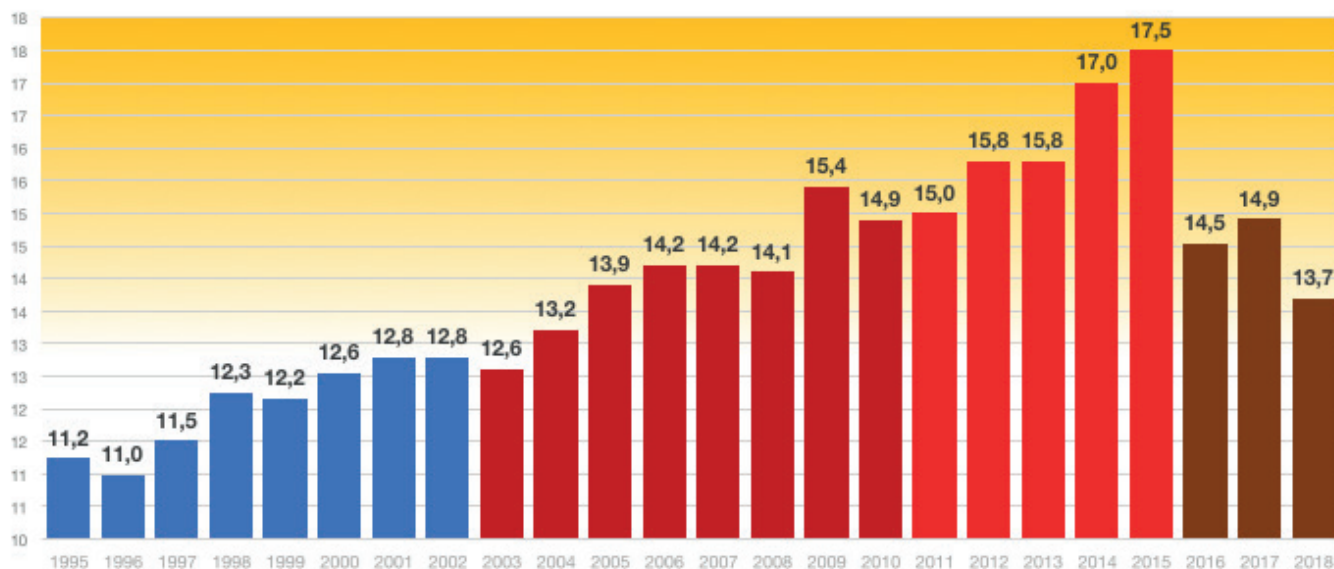
rando na segunda posição regional durante todo o período entre 2003 e 2014.

Os gastos sociais federais per capita experimentaram aumento real de quase 60% entre 2003 e 2014, passando de US\$ 1.967 para US\$ 3.132 – gráfico 2. O principal item de ampliação do gasto social federal foram as transferências de renda da Seguridade Social – previdência, assistência social e seguro-desemprego –, sobretudo, devido aos impactos do salário mínimo no piso desses benefícios.

Os gastos sociais também foram impulsionados pela maior oferta de serviços sociais. Entre 2002 e 2014, os gastos federais

Evolução do gasto social federal. Gráfico 1

Em percentual do PIB. Período de 1995 a 2018

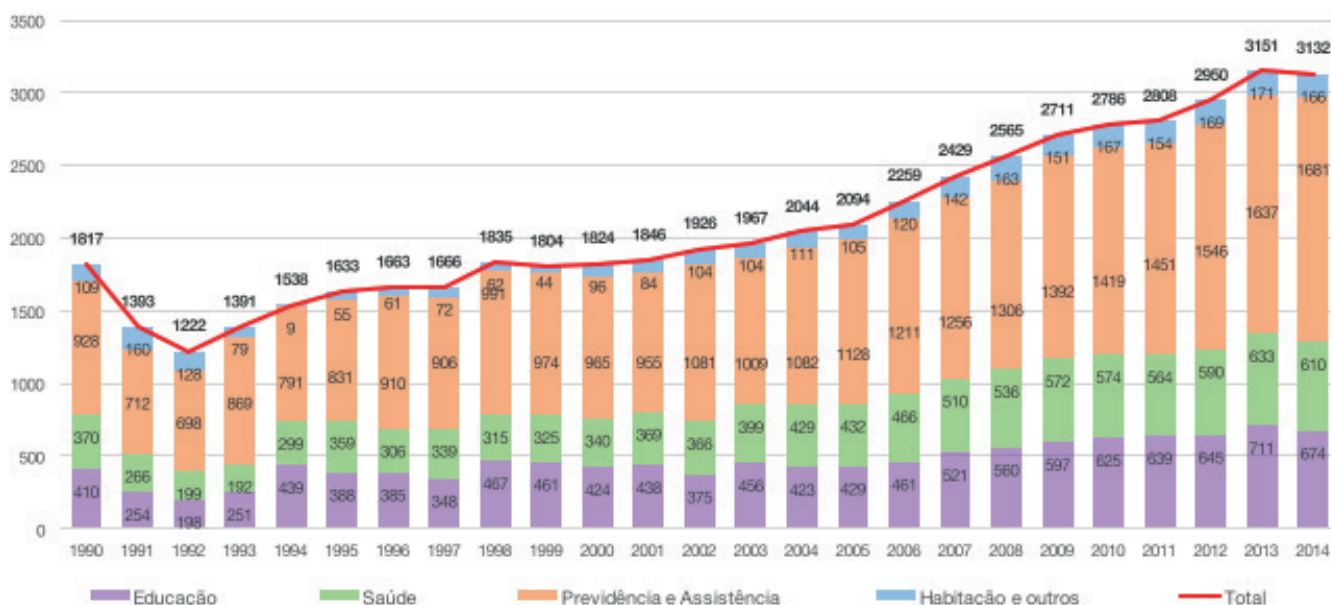


Observações: Para o período 2016/2018 os valores foram estimados a partir dos dados do Portal da Transparência relativos às despesas executadas em cada ano em cada uma das seguintes funções: Educação, Saúde, Previdência Social, Assistência Social e Trabalho.

Fontes: STN 2002 a 2017 - Portal da Transparência - CGU para as despesas sociais a preços correntes e IPEADATA para o PIB a preços de mercado (valores correntes). GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. Vinte e Cinco Anos de Economia Brasileira. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

Evolução do gasto social geral per capita por setores. Gráfico 2

Em dólar de 2010. Período de 1990 a 2014



CEPAL: Comisión Económica para América Latina y el Caribe - [Sobre la base de cifras oficiales de los países](#). (Base de Datos de Inversión Social). Apud CALIXTRE, André; FAGNANI, Eduardo. A política social nos limites do experimento desenvolvimentista (2003-2014). In: Para além da política econômica. Ricardo Carneiro, Paulo Baltar, Fernando Sarti (Orgs.) - São Paulo: Editora Unesp Digital, 2018.

per capita em saúde e educação passaram de US\$ 366 para US\$ 610 e de US\$ 375 para US\$ 674, respectivamente.

A despesa per capita com previdência e assistência social mantém um ritmo forte de crescimento no período. Cabe registrar, também, a ampliação nos gastos em habitação popular, a partir da criação do programa Minha Casa

Minha Vida, que alcançou 3 milhões de moradias entregues até agosto de 2016.

Portanto, também nesse caso, não se sustenta a afirmação de que a "crise", que teria sido gerada pelos governos do PT, teria sido de "irresponsabilidade fiscal". O que o PT fez foi conjugar crescimento econômico e inclusão social. •

* Doutor em Economia pela Universidade de Campinas e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e do Trabalho da Unicamp.
 ** Membro do Conselho do Centro de Altos Estudos do Brasil para o Século 21. Foi funcionário de carreira da FAO e da CEPAL e assessor econômico no Senado e na Câmara dos Deputados. *** Professor do Instituto de Economia da Unicamp e pesquisador do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica (CECON-UNICAMP).

INFLAÇÃO ARDE DE NOVO. MAIS UMA OBRA DO ABOMINÁVEL

Sob Bolsonaro a carestia não para de subir e bate novo recorde em abril. Combustíveis e comida em alta fazem IPCA ultrapassar 12%. É o maior aumento em abril, desde 1996. Economia é a principal preocupação de metade dos entrevistados em pesquisa

O presidente Jair Bolsonaro bateu novo recorde. Na guerra do governo e do ministro Paulo Guedes contra a economia popular, quem leva a pior é o povo brasileiro. A inflação subiu mais uma vez e continua avançando sobre orçamentos familiares destruídos pela política ultraliberal praticada pelo líder da extrema-direita. Na quarta-feira, 11, o IBGE anunciou que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subiu 1,06% em abril. É a maior alta para o mês desde 1996.

O indicador já acumula alta

de 4,29% em 2022. Nos últimos 12 meses, a carestia chegou a 12,13%, maior patamar para o período de um ano desde outubro de 2003. Em março, o IPCA (1,62%) já havia atingido o maior nível em 28 anos, fazendo a inflação chegar a 11,30% em 12 meses.

Todas as áreas pesquisadas apresentaram alta. A disseminação da carestia também aumentou, e quase oito em cada dez dos 377 produtos e serviços pesquisados estão mais caros. O índice de difusão passou de 76,13% em março para 78,25% em abril, o mais intenso desde janeiro de 2003.

Oito dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados tiveram alta em abril. Mas a carestia continua sendo puxada pelos vilões de sempre: a dolarização dos combustíveis, política que Bolsonaro mantém intocada, e o setor de alimentação e bebidas, cuja regulação foi terceirizada por Guedes para o mercado financeiro.

A maior variação (2,06%) e o maior impacto (0,43 pontos) da inflação de abril vieram de alimentação e bebidas. Depois vieram os transportes (1,91% e 0,42 pontos de impacto). Juntos, os dois grupos contribuíram com cerca de 80% do IPCA de abril. Além deles, houve aceleração

em Saúde e cuidados pessoais (1,77%) e Artigos de residência (1,53%).

Os números estão muito acima da meta do Banco Central para a inflação neste ano: 3,5%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou menos. Também superaram o esperado em pesquisa da agência Reuters: inflação de 1% em abril e de 12,07% em 12 meses. A mediana das 39 projeções colhidas pelo Valor era de taxa de 1% em abril e de 12,06% em 12 meses.

Há oito meses consecutivos a inflação permanece acima dos dois dígitos, mesmo com o maior ciclo de altas da taxa básica de juros (Selic) promovido desde 1999. Na última semana, o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC determinou o décimo reajuste consecutivo do arrocho monetário iniciado em março de 2021, quando a Selic esteve no piso histórico de 2% e a inflação já estava descontrolada.

Mesmo com a "autonomia" conquistada em 2021, o BC continua fracassando em sua atribuição principal, que é o controle inflacionário. Divulgada na quarta, a sondagem da Quaest Pesquisa e Consultoria revela que 50% dos eleitores acreditam que a economia é o principal problema do país.

"Entre os 50% preocupados com a economia, 18% dizem que é a inflação o principal problema do país e 13% o desemprego. Em set/21, apenas 6% diziam espontaneamente que a inflação era o principal problema", analisa o diretor do instituto, Felipe Nunes, em seu perfil no Twitter. Segundo ele, o protagonismo da inflação é "preditor de eleição de mudança". •

UM NOVO FEITO DO EXEGRÁVEL JAIR

O 'mito' será o primeiro presidente desde o Plano Real a terminar mandato com salário mínimo valendo menos. Perda do poder de compra ao fim do governo será de 1,7%

O presidente Jair Bolsonaro vai terminar seu mandato em dezembro de 2022 como o primeiro presidente, desde o Plano Real, a deixar o salário mínimo valendo menos do que quando entrou. Nenhum governante neste período, seja no primeiro ou segundo mandato, entregou um mínimo que tivesse perdido poder de compra. É o alto preço de um governo que mantém o povo como inimigo a ser exterminado.

Pelos cálculos da empresa de consultoria Tullett Prebon Brasil, a perda será de 1,7%. Isso, se a inflação não acelerar mais do que o previsto pelo mercado. As previsões vêm sendo revisadas para cima há 16 semanas. O piso salarial cairá de R\$ 1.213,84 para R\$ 1.193,37 entre 2018 e 2022, descontada a inflação.

Dois fatores explicam a perda inédita do poder de compra. Um deles é o ajuste fiscal, pelo peso do salário mínimo na indexação do Orçamento da União. O segundo é a aceleração da inflação. Como os índices de preços estão ficando mais altos de um ano para o outro, a reposição da inflação passada que o governo vem promovendo não garante a preservação total do poder de compra do salário mínimo.

Há três anos, não há reajuste do piso acima da inflação. O último foi em 2019, quando ainda preva-

lecia a regra de correção, que considerava a inflação mais a variação do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes. Cerca de 64% das aposentadorias e pensões no Brasil são de um salário mínimo.

A Tendências Consultoria aponta que 2021 foi o primeiro ano desde 2000 que a massa total de salários pagos pela Previdência teve queda. A perda chegou a 2,5%, descontando a inflação. A Tendência estima que não haverá reajuste real do mínimo até 2026. É que consultoria não vê espaço para aumento como aconteceu nas últimas décadas. O mínimo indexa o piso previdenciário. Mas, para as classes D e E, é muito relevante na massa de renda.

Com a crise no mercado de trabalho, o país tem hoje a maior parcela de trabalhadores ganhando até um salário mínimo desde 2012, início da série da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, do IBGE. Eram 35,3% dos ocupados, o que representava 33,8 milhões em dezembro de 2021.

A crise desencadeada pela política de Paulo Guedes levou os trabalhadores a aceitarem posições muito piores do que tinham antes da pandemia. E a inflação está maior em alimentos, energia, transporte, combustíveis, itens essenciais. Em março, a Pnad mostrou que há 11,9 milhões de desempregados no país. •



A SABOTAGEM AO PAÍS CONTINUA

Petrobrás aumenta em 8,87% o preço do diesel, o presidente finge que se importa e troca ministro, mas nada faz para conter a alta das tarifas dos combustíveis, que já subiram 155%

O país continua sem comando e a economia à deriva, apesar das caras e bocas do presidente Jair Bolsonaro. Sem saber o que fazer para tirar o país do caminho da ruína, o Palácio do Planalto viu no último dia 9 a Petrobrás anunciar um novo reajuste de preços para as distribuidoras.

Com essa nova alta, de janeiro de 2019 a 1º de maio de 2022, o diesel acumula aumento de 155,2%. Na semana de 17 a 23 de abril, o óleo era vendido a R\$ 6,73 em média, alcançando o maior patamar da série histórica da Agência Nacional de Petróleo (ANP), iniciada em 2004.

O novo aumento é um escândalo e ocorre alguns dias depois do novo gestor da Petrobrás promover uma conferência com

analistas do mercado financeiro para anunciar o superlucro de US\$ 8,6 bilhões (R\$ 44,6 bilhões) no primeiro trimestre deste ano. O resultado é 38 vezes maior que o do mesmo período de 2021.

A estatal informou na segunda-feira que estava promovendo um reajuste de 8,87% no preço do diesel. De acordo com a empresa, o preço do litro do combustível no atacado passará de R\$ 4,51 para R\$ 4,91, um aumento de R\$ 0,40. Segundo a Petrobrás, esse é o primeiro reajuste do combustível em 60 dias. A gasolina e o GLP tiveram seus preços mantidos. Por enquanto.

Como quem não sabe o que acontece no próprio governo, acionista majoritário da empresa estatal, Bolsonaro deu piti e, no dia seguinte, anunciou a queda do ministro das Minas e Energia,

almirante Bento Albuquerque. Humilhado, o militar soube que estava de saída do governo pela imprensa. O novo ministro é mais um bolsominion radical, afilhado ideológico de Olavo de Carvalho, o guru ideológico do presidente, morto em janeiro.

Coordenador da Federação Única dos Petroleiros, Deyvid Bacelar, disse que Albuquerque foi mais um “bode expiatório” de Bolsonaro na questão das altas dos combustíveis. Ele acusou o presidente de “fingir” que não tem ingerência sobre os preços praticados pela Petrobrás e repetiu o que a entidade vem dizendo há algum tempo: o acionista controlador da empresa é a União e o presidente tem a prerrogativa de mudar a direção e a presidência do Conselho de Administração. •

MAIS UM BOLSOMINION NO GOVERNO

Radical de direita, o novo ministro das Minas e Energia ameaça privatizar Petrobrás e Eletrobrás, ignora preços dos combustíveis e escancara entreguismo do Planalto

O Palácio do Planalto segue à risca a política de destruição institucional do país. Depois de distribuir radicais em postos-chave do governo, o presidente Jair Bolsonaro colocou mais um bolsominion na Esplanada dos Ministérios. O novo ministro do Meio Ambiente é Adolfo Sachsida, um economista de quinta categoria, escolhido a dedo pelo Planalto na equipe de Paulo Guedes. O novo minion da esplanada, que já defendeu a tese de que Adolf Hitler era de esquerda, assumiu jogando para a plateia.

“Meu primeiro ato como ministro de Minas e Energia será solicitar ao ministro Paulo Guedes, o presidente do PPI (Programa de Parcerias de Investimentos),

que leve ao conselho a inclusão do PPSA (Pré-Sal Petróleo) no Programa Nacional de Desestatização”, anunciou o ministro. A sanha privatista voltou a fazer a alegria do mercado financeiro e da mídia corporativa.

“Ainda como parte do primeiro ato como ministro, solicito também o início dos estudos tendentes à proposição das alterações legislativas necessárias à desestatização da Petrobrás”, completou, sem apontar que faltam pouco mais de sete meses para as eleições que derrotarão o atraso e colocarão fim ao flagelo deste governo e livrará o país da agonia bolsonarista.

Sachsida também disse que quer trocar o atual regime de partilha na exploração do pré-

sal, sancionado por Luiz Inácio Lula da Silva em 2010 após ampla discussão com a sociedade, pelo de concessões. E defendeu o avanço da privatização da Eletrobrás. A segunda parte do julgamento no Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a venda da estatal elétrica está prevista para esta quarta-feira, 18.

Aluno e seguidor de Olavo de Carvalho, morto em janeiro deste ano, Sachsida foi o primeiro secretário da Política Econômica do Ministério da Economia. Em fevereiro, foi nomeado chefe da Assessoria Especial de Assuntos Estratégicos de Paulo Guedes, o ministro da Economia, que legou ao país a maior inflação da história em 30 anos e mais de 13 milhões de desempregados. •

LULA SAI OUTRA VEZ EM DEFESA DAS ESTATAIS

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a fazer uma forte defesa das empresas públicas e seu importante papel para o desenvolvimento econômico e social do país. Em visita a Juiz de Fora, na quarta-feira, 11, Lula criticou a tentativa do governo Bolsonaro de vender as empresas públicas nacionais, como a Petrobrás e a Eletrobrás.

“Quero aproveitar para dizer ao governo brasileiro e aos empresários: parem de tentar privatizar nossas empresas públicas. Quem se meter a comprar a Petrobrás vai ter que conversar conosco depois da eleição”, anunciou. O recado direto foi para o presidente Jair Bolsonaro, que trocou o comando do Ministério das Minas e Energia e escolheu

um radical do ultraliberalismo para a pasta e anunciou planos de privatização da Petrobrás.

Lula foi direto e claro: “Parem de tentar privatizar a Eletrobrás porque, se não fosse a Eletrobrás, não teria o programa Luz para Todos, que custou ao povo brasileiro R\$ 20 bilhões e só pôde ser feito porque a empresa era pública. Parem de privatizar os Correios, não tentem privatizar o Banco do Brasil, a Caixa Econômica, o BNDES, o BNB e o Basa [Banco da Amazônia]. Aprendam a trabalhar, aprendam a investir, aprendam a fazer política econômica, em vez de vender as coisas que já estão prontas”.

O ex-presidente lembrou do desmonte pelo qual a Petrobrás

passa, desde o impeachment de Dilma Rousseff em 2016. Ele voltou a mencionar a contradição explícita com a decisão do governo de vender a BR, sob argumento de que haveria competição e preços baixos. Infelizmente, em vez disso, o Brasil contabiliza 392 empresas importando derivados e a gasolina e diesel são os mais caros do mundo.

“O presidente, em vez de colocar a mão e tentar resolver o problema, fica trocando o presidente da Petrobrás e o ministro de Minas e Energia. Na verdade, ele não sabe o que está fazendo neste país”, criticou. “Vamos deixar claro: somos contra a venda da Petrobrás e Eletrobrás. Parem de privatizar nossas empresas públicas”. •

Iconographia



17 de maio de 1932

GETÚLIO DECRETA PROTEÇÃO À TRABALHADORA

“Sem distinção do sexo, a todo trabalho de igual valor correspondente salário igual”. Em 17 de maio de 1932, o presidente Getúlio Vargas assinou o decreto de proteção à mulher trabalhadora.

Entre as várias cláusulas que versavam sobre a segurança das mulheres no mercado de trabalho, destacava-se a proibição do trabalho noturno, bem como em locais perigosos e insalubres.

As trabalhadoras grávidas

também garantiram conquistas: elas não poderiam mais ser demitidas sem justa causa e teriam direito a quatro semanas de licença antes do parto e quatro semanas (prorrogáveis) depois.

Além disso, os estabelecimentos que tivessem pelo menos 30 trabalhadoras com mais de 16 anos de idade seriam obrigados a manter local apropriado para que elas deixassem seus filhos em período de amamentação.

Outras datas históricas

13/05/1833: Revolta de escravizados em Carrancas (MG).

18/05/1895: Nascimento de Augusto César Sandino, líder nicaraguense responsável pela rebelião contra a presença militar dos Estados Unidos na Nicarágua.

19/05/1925: Nasce em Omaha, Nebraska, o ativista de direitos civis estadunidense Malcolm X.

13/05/1964: A ditadura brasileira rompe relações diplomáticas com Cuba, alinhando-se ideologicamente ao governo estadunidense, no contexto da Guerra Fria.

17/05/1970: Dom Helder Câmara denuncia a tortura e os crimes cometidos pela ditadura durante a 11ª Assembleia da Comissão Nacional dos Bispos do Brasil. Religiosos começaram a ser perseguidos após esse posicionamento.

14/05/1987: Assassinato de Julio César de Melo Pinto, operário negro morto pela polícia militar. Caso ficou conhecido como “O homem errado”, a polícia o confundiu com um assassino (pelo simples fato de ser negro).

14/05/2012: Lançamento do Programa Brasil Carinhoso pela presidenta Dilma Rousseff.

15 de maio de 2003

GOVERNO CRIA O ESTATUTO DO TORCEDOR

Um marco na defesa da transparência no futebol e no combate à violência nos estádios: é o que representa o Estatuto do Torcedor, nascido em 15 de maio de 2003.

Assinada pelo presidente Lula, a criação do estatuto foi um avanço no sentido da democratização do futebol – anseio que remonta à época da ditadura militar, quando ídolos como o jogador Afonso lutaram pela instituição do passe livre, e atletas liderados por Sócrates fundaram a “Democracia Corinthiana”, exigindo transparência na gestão dos clubes.

O Estatuto do Torcedor estabeleceu como obrigatória a ampla divulgação de todas as decisões da Justiça Desportiva, além de coibir preços abusivos nos estádios. Para combater a violência, a nova lei determinou responsabilizar os organizadores das competições pelos prejuízos ao torcedor que decorressem de falhas de segurança nos estádios.

Outros avanços foram a Lei Zico (Lei 8.672/1993), que dera o pontapé inicial na profissionalização da administração dos clubes, e a Lei Pelé (Lei 9.615/1998), que acabara com a figura do passe, obrigando os clubes a se tornarem empresas e prestarem contas.

Ricardo Stuckert



17 de maio de 2010

LULA NEGOCIA A DECLARAÇÃO DE TEERÃ

“A diplomacia saiu vencedora”. Assim declarou o presidente Lula em 17 de maio de 2010, quando os chefes de Estado do Irã, da Turquia e do Brasil assinaram a Declaração de Teerã, segundo a qual o Irã se comprometia a enviar à Turquia o urânio a ser enriquecido para uso em pesquisas médicas.

O acordo foi construído após impasse entre o Irã e o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, que resultou em sanções contra o país. Turquia e Brasil, membros rotativos do órgão à época, defenderam a via diplomática para contornar a crise e se posicionaram contra as sanções.

O acordo entre Irã, Turquia e Brasil reafirmava o comprometimento com o Tratado de Não Proliferação Nuclear e o direito de todos os Estados desenvol-

verem pesquisa, produção e uso de energia nuclear para fins pacíficos. Numa solução multilateral, o envio de urânio para enriquecimento em outro país evitava que o Irã tivesse combustível nuclear suficiente para desenvolver armas atômicas.

Apesar de posteriormente rejeitado pelas potências ocidentais, o acordo tripartite lançou Brasil e Turquia como importantes articuladores no cenário internacional multipolarizado. Para o Irã, simbolizou a retomada do diálogo com o Conselho de Segurança – primeiro passo para a construção de uma solução pacífica para a crise.

Em 2015, Irã e Conselho de Segurança finalmente firmaram acordo, reafirmando os pontos principais da Declaração de Teerã e estabelecendo a fiscalização periódica de instalações iranianas.

19 de maio de 2004

NOVA LEI ASSEGURA DIREITOS DOS ÍNDIOS

Por meio de Decreto 143, assinado em 19 de maio de 2004 pelo então presidente Lula, o Brasil ratificou a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) adotada em Genebra em 1989 sobre povos indígenas.

A convenção foi o primeiro instrumento internacional a tratar dos direitos fundamentais dos povos indígenas. Uma de suas inovações foi a obrigatoriedade de consulta às comunidades originárias antes de realizar qualquer ação de exploração e prospecção em suas terras.

Essa consulta visa resguardar territórios sagrados e necessários à subsistência dos povos indígenas e representa uma possibilidade de construção conjunta de soluções e regras entre índios e Estado.

Com a ratificação, a convenção passou a ter valor de lei no Brasil. Embora o país já tivesse abandonado, na Constituição de 1988, o paradigma assimilacionista, ainda não conseguira aprovar nenhuma legislação para regulamentar os artigos constitucionais sobre direitos indígenas.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Os textos remetem a um calendário de eventos e personalidades da esquerda que é colaborativo e está em constante atualização.

Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br memorialdademocracia.com.br

LITERATURA

Chico Cerchiaro/Divulgação



O CONDOMÍNIO DAS ESCRAVIDÕES MODERNAS

Quarto romance de Eliana Alves Cruz, "Solitária" expõe as feridas da desigualdade racial e social em história ágil sobre mãe e filha no trabalho doméstico

Bia Abramo

É surpreendente a produtividade da escritora Eliana Alves Cruz. Em apenas sete anos, a ex-jornalista de 56 anos chegou ao quarto romance em passo acelerado. Em “Água de Barrela” (2015), livro que recebeu o prêmio Silveira Oliveira da Fundação Palmares, ela reconstituiu a história de sua ancestralidade, a partir de entrevistas com uma tia-avó ainda viva e encerrada num manicômio. Seguiram-se o policial “O Crime do Cais do Valongo”, em 2018, ambientado no Rio de Janeiro do século 19, e “Nada digo de ti, que em Ti Não Veja”, dois anos depois, em que a escritora se mantém no mesmo cenário das vidas de pessoas escravizadas, mas em chave mais lírica.

O quarto romance de Eliana gira em torno de Eunice, trabalhadora doméstica, e sua filha Mabel, que vai muito criança conviver no mesmo condomínio de luxo com a família para a qual a mãe trabalha. Com referências explícitas tanto a outras obras que tratam do tema, como o filme “Que horas ela volta” e recheado de marcas de histórias e tragédias reais do noticiário recente, “Solitária” mergulha na intimidade dessas duas mulheres, cuja diferença geracional contrapõe a submissão da mulher negra trabalhando para uma família branca obscenamente rica e a jovem que se arranca desse destino pela via da consciência racial e de classe em direção a outro futuro.

Este recém-lançado “Solitária” representa, a um tempo, o salto para a contemporaneidade na narrativa e a publicação por uma editora maior. Isso da nova casa não teria a menor im-

portância, se os mecanismos de divulgação e de entrada na imprensa fossem mais democráticos. “Água de Barrela” (editora Malê), esforço ficcional sério e honesto de recriar a história não-escrita daqueles que foram arrancados de muitas Áfricas diferentes para virem trabalhar a terra nas Américas e que se detém, com muita pesquisa, o extraordinário material de memória familiar e alguma imaginação, nas histórias das mulheres que antecederam da autora.

Apesar do prêmio e do ineditismo da narrativa, “Água de Barrela” passou meio despercebido até que o boom editorial das escritoras africanas forçou as editoras correrem atrás para publicar ou relançar escritores e escritoras negras brasileiras. Na esteira do sucesso de “Torto Arado”, e dos relançamentos das obras de Carolina Maria de Jesus, “Água de Barrela” voltou às prateleiras reais e virtuais.

Se “O Crime do Cais do Valongo” (editora Malê) sofreu da síndrome da expectativa do segundo livro e entregou um pouco da imaturidade da autora num thriller pouco envolvente e arrastado, “Nada Digo de Ti, Que em Ti Não Te Veja” (editora Pallas) recupera a capacidade de fabulação de Eliana que, desta vez, escolhe como protagonista um personagem invisível entre os invisíveis, um homem trans no Brasil escravocrata.

De volta à “Solitária”, ainda que essa descrição pareça ser a de um romance de tese e, por ocasiões pontuais resvale exatamente nisso, no declaratório ou no muito explicado, a chave desse romance aparece aos poucos, nas revelações das ligações afetivas profundas e complicadas que existem entre esta mãe e esta filha. O microcosmo do condomínio como mais do que uma metáfora, mas o palco

mesmo onde as desigualdades todas, sobretudo a racial e a social, se confrontam e se embolam em incidentes dramáticos é um dos grandes achados de “Solitária”.

O outro, que vem ali pelo final e que amarra a emoção dos acontecimentos que se sucedem de forma rápida em uma espécie de epifania, é quando as vozes das personagens Eunice e Mabel são substituídas por vozes inanimadas dos cômodos e quartos onde se desenrolam as tramas, numa espécie de paráfrase dos quartos que dão título aos livros de Carolina Maria de Jesus, se não a pioneira entre as escritoras mulheres e negras, a mais importante do século 20.

Com “Solitária”, Eliana Alves Cruz atinge um patamar literário que transforma seu nome em um dos mais interessantes do Brasil contemporâneo. Que sua produtividade e rapidez em publicar sigam sendo seu guia, pois com essa trajetória é de se supor que vem ainda muita coisa boa por aí. •



'Solitária'

Autora: Eliana Alves Cruz. Editora: Companhia das Letras. Páginas: 168. Preço: 54,90.

E ENTÃO, BOWIE VIROU A ESTRELA



Olímpio Cruz Neto

Em 6 de julho de 1972, o cantor e compositor inglês David Bowie se apresentava com a banda Spiders from Mars na sisuda emissora BBC, no programa Top of The Pops, entoando a épica canção 'Starman'. Era um esforço para divulgar o álbum *The Rise and Fall of Ziggy Stardust and the Spiders from Mars*, lançado em abril daquele ano. A apresentação foi catártica e David se lançou de tal maneira ao megaretrato que nunca mais a música pop britânica foi a mesma.

A canção era uma balada, com violões folk e uma melodia memorável. A banda era sensacional, mas a performance de Bowie foi arrebatadora, com o cantor exibindo um corte diferente com cabelos vermelhos, maquiagem brilhante e um violão de 12 cordas azul. E cantava diretamente para o espectador. Mas o momento em que aponta o dedo para a câmera durante aquela aparição na BBC é reconhecido como o momento exato em que Bowie se tornou uma grande estrela. Na verdade, a grande estrela dos anos 70.

O ponto sem retorno foi logo depois do refrão, quando ele canta os versos "I had to phone so-

meone so I picked on you... oooh oooh" – "Eu tive que ligar para alguém então eu peguei você-hoo-oo". Ao se dirigir daquele jeito à audiência, Bowie quebrou a chamada quarta parede e entrou na casa dos milhares de jovens para entregar uma mensagem diretamente a cada um deles.

Naqueles tempos, o programa era a janela de exibição para artistas e roqueiros. E aparecer lá era estar em todas as casas dos jovens do Reino Unido. Pois Bowie naquele dia cantou para uma audiência cativante que incluía Paul Hewson, um garoto irlandês que vivia em Dublin e ficou tão mexido com a apresentação da lenda que decidiu naquele dia também se tornar uma lenda: Bono, do U2.

O mesmo aconteceu com Boy George, que viria a criar o Culture Club anos depois. Ou Ian McCulloch, que ficou extasiado e decidiu que seria um músico famoso e formaria uma banda... chamada Echo & The Bunnymen. Aconteceu ainda o mesmo com Brett Anderson, que se identificou de tal maneira com a visão de Bowie e as Aranhas de Marte na TV, que tornou-se um obcecado pelo cantor e criaria a banda Suede, saudada no começo dos anos 90 como a redescoberta de Bowie... por Bowie. O mesmo ainda ocorreu

com James Patrick Morrissey, que fundaria os Smiths.

O disco *The Rise and Fall of Ziggy Stardust and the Spiders from Mars* foi influenciado diretamente pelos Stooges e os álbuns do Velvet Underground, que Bowie tinha ouvido e ficado impressionado em sua visita aos Estados Unidos no anterior, 1971. A crítica inglesa diz que ele também deve muito aos singles de sucesso com os quais Marc Bolan, um músico criativo da cena noturna e do circuito Arts Lab, estava arrasando nas paradas de singles em 1971. "Vão ser muitas guitarras", Bowie disse ao seu produtor Ken Scott. "Você provavelmente não vai gostar."

Nos primeiros meses de 1972, antes do lançamento de Ziggy, ele e sua nova banda estavam começando a aparecer no palco vestindo os trajes espaciais que haviam tirado do filme *Laranja Mecânica*, de Stanley Kubrick. Em fevereiro, tocaram no Old Grey Whistle Test da BBC. Bowie já havia aparecido na Melody Maker anunciando que era bissexual. Assim, tudo estava preparado para quando Ziggy aparecesse em junho de 1972... E o mundo estaria pronto. O hype criado por Bowie foi tão grande, que ele nunca mais voltou a ser um artista comum. E aqui estamos falando dele 50 anos depois. •

em busca de Anselmo

produzido por
Camilo Cavalcanti

roteiro e direção
Carlos Alberto Jr.

produção executiva
Camilo Cavalcanti e
Viviane Mendonça

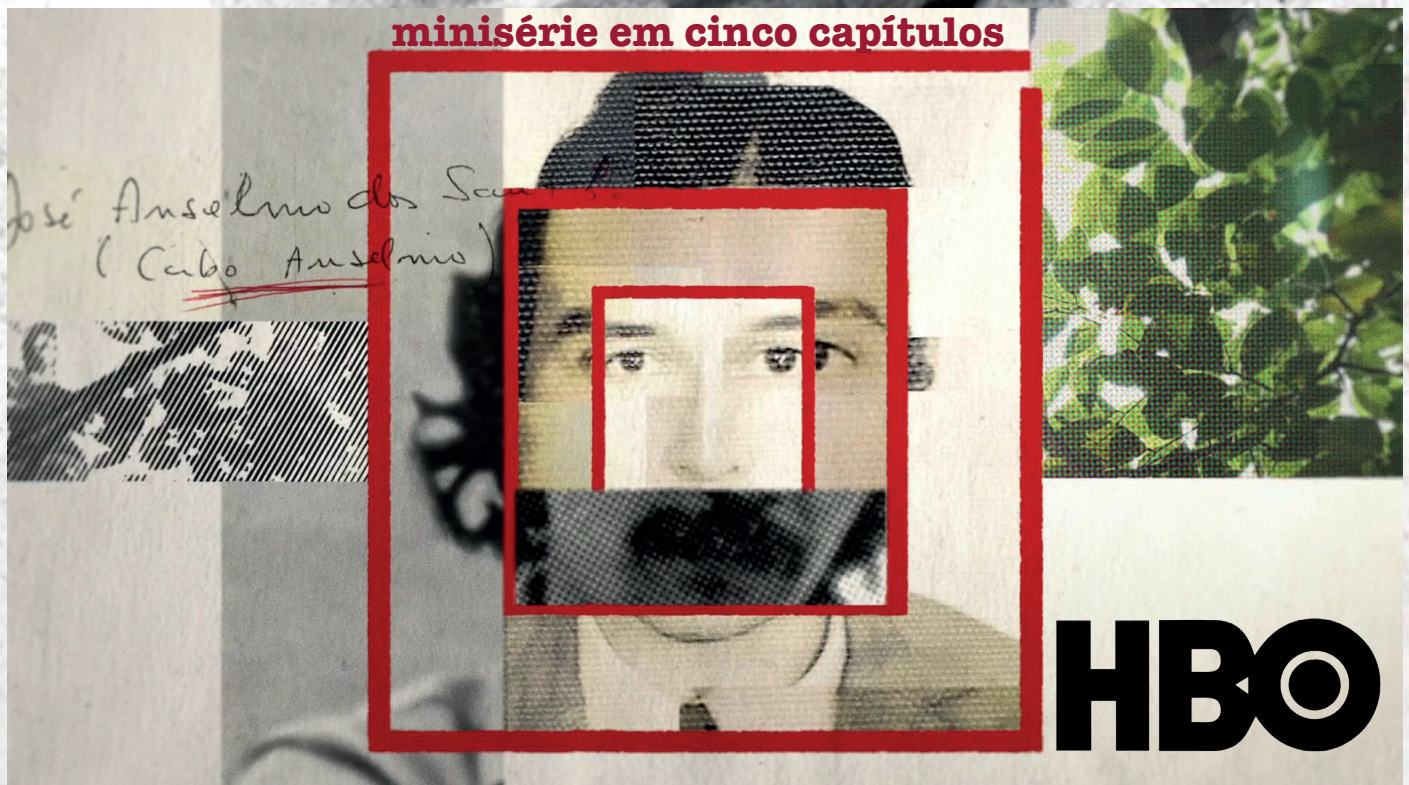
direção de fotografia
Pedro Semanovschi

música original
Lucas Mercier
Fabiano Krieger
Pedro Mibielli

coprodução
WarnerMedia Latina America
Clariô Filmes

Conheça a
jornada de
José Anselmo
dos Santos.
Protagonista
de um dos
capítulos mais
significativos
da luta contra a
ditadura militar.

minisérie em cinco capítulos



BICENTENÁRIO

1822 2022



**DUZENTOS ANOS DE LUTA
PELA INDEPENDÊNCIA**



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

20
anos

Centro
**Sérgio
Buarque
de Holanda**
Documentação e
Memória Política
instituído em 2001